

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação
Graduação em Biblioteconomia

Sâmara Roberta de Sousa Castro

**A representação descritiva da informação jurídica
em meio eletrônico**

Brasília
2013



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação
Graduação em Biblioteconomia

Sâmara Roberta de Sousa Castro

**A representação descritiva da informação jurídica
em meio eletrônico**

Monografia apresentada ao curso de
Biblioteconomia da Universidade de Brasília,
como requisito parcial para conclusão do
curso de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a
Fernanda Passini Moreno

Brasília
2013

C355r Castro, Sâmara Roberta de Sousa

A Representação descritiva na Informação Jurídica em meio eletrônico/ Sâmara Roberta de Sousa Castro. – Brasília, 2013. ver f. ; 30 cm.

Monografia (Curso de Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2013.

1. Catalogação. 2. Representação descritiva. 3. Informação jurídica. I. Título.

CDD 025.3

CDU 025.3



Título: A representação descritiva da informação jurídica em meio eletrônico.

Aluna: Sâmara Roberta de Sousa Castro.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 23 de julho de 2013.

Fernanda Passini Moreno - Orientadora
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Fernando César Lima Leite - Membro
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutor em Ciência da Informação

Lisane Melra Lima Gesteira - Membro externo
Bibliotecária do Senado Federal

Osmar Carmo Arouck Ferreira - Membro externo
Bibliotecário do Senado Federal
Mestre em Ciência da Informação

*Dedico à minha família Antonio,
Ducarmo e Sávia pelo apoio
recebido durante toda
graduação.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, acima de todas as coisas, por proporcionar a força, perseverança e serenidade, a minha fortaleza.

À minha família, por acompanhar as inquietações e fornecer o apoio necessário.

À Prof^a Fernanda Passini Moreno, por compartilhar seu conhecimento, auxiliar intensamente na constituição de cada parte deste trabalho e pela paciência exercitada.

Ao Osmar Arouk, por sua prontidão no auxílio quanto as duvidas e pela contribuição de sugestões para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas de curso, que me acompanharam e me apoiaram nas alegrias e dificuldades durante toda graduação, em especial à Kathryn Cardim e Franciane Guimalde.

"Olha devagar para cada coisa, aceita o desafio de ver o que a multidão não viu. Em cascalhos disformes, estranhos diamantes sobrevivem solitários."
(Fábio de Mello)

RESUMO

Aborda a representação descritiva da informação jurídica disponibilizada em meio eletrônico. Apresenta, por meio de revisão de literatura, conceitos acerca da representação descritiva em meio eletrônico, das bases de dados e das bibliotecas digitais como personagens que fazem parte da organização da informação em meio eletrônico. Caracteriza a informação jurídica também por meio de revisão de literatura. Realiza levantamento para explicitar as principais fontes de informação jurídica em meio eletrônico. Compara registros da base de jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral Eleitoral e da LexML a fim de identificar padrões ou pontos similares na representação descritiva desses registros. Expõe as dificuldades para identificar traços do tratamento biblioteconômico na legislação e jurisprudência e aponta o grande volume de informações que a área jurídica produz.

Palavras-chave: Catalogação. Representação descritiva. Informação jurídica.

ABSTRACT

Addresses the descriptive representation of juridical information available in electronic media. Presents, through literature review, concepts about descriptive representation in electronic media, the databases and the digital libraries like characters that are part of the organization of information in electronic media. Characterizes the juridical information also through literature review. Conducts raising to explicit the main sources of juridical information in electronic media. Compares base records jurisprudence of the Tribunal Superior Eleitoral and LexML to identify patterns or similar points in descriptive representation of these records. Exposes the difficulties to identify traces treatment librarian in the legislation and jurisprudence and points to the large volume of information that the legal area produces.

Keywords: Cataloging. Descriptive representation. Juridical information.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Áreas da ISBD

Quadro 2: Dublin Core Básico e Qualificado

Quadro 3: Elementos básicos do MTD-BR

Quadro 4: Principais documentos da Informação Jurídica

Quadro 5 : Relação dos objetivos específicos com os procedimentos metodológicos

Quadro 6: Fontes de informação jurídicas eletrônica em Legislação

Quadro 7: Fontes de informação jurídica eletrônica em Doutrina

Quadro 8: Fontes de informação jurídica eletrônica em Jurisprudência

Quadro 9: Bases de Dados de Legislações estaduais

Quadro 10: Registro TSE Recurso Especial Eleitoral nº 32507, 06/09/2012

Quadro 11: Registro LexML Recurso Especial Eleitoral nº 32507, 06/09/2012

Quadro 12: Comparativo do registro Recurso Especial Eleitoral nº 32507, 06/09/2012 com os dados distribuídos de acordo com as áreas da ISBD

Quadro 13: Comparativo do registro Recurso Especial Eleitoral nº 32507, 06/09/2012 com os dados distribuídos de acordo com os campos em comum

Quadro 14: Registro TSE Representação nº 149442 - 21/06/2012

Quadro 15: Registro LexML Representação nº 149442 - 21/06/2012

Quadro 16: Comparativo com do registro Representação nº 149442 - 21/06/2012, a partir das áreas da ISBD

Quadro 17: Comparativo do registro Representação nº 149442 - 21/06/2012, os dados distribuídos de acordo com os campos em comum

Quadro 18: Registro TSE Habeas Corpus nº 21147 - 28/06/2011

Quadro 19: Registro LexML Habeas Corpus nº 21147 - 28/06/2011

Quadro 20: Comparativo com do registro Habeas Corpus nº 21147 - 28/06/2011, a partir das áreas da ISBD

Quadro 21: Comparativo do registro Habeas Corpus nº 21147 - 28/06/2011, os dados distribuídos de acordo com os campos em comum

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2: Anglo-American Cataloging Rules, second edition / Código de Catalogação

Anglo-Americano, segunda edição

BDSF: Biblioteca Digital do Senado Federal

BDTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

BRAPCI: Base de Dados Brasileira de Periódicos em Ciência da Informação

DC: Dublin Core

DCMS: Dublin Core Metadata Schema

DLF: Digital Library Federation

FRAD: Requisitos Funcionais para Registros de Autoridade

FRBR: Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos

IFLA: International Federation of Library Associations and Institutions

NDLTD: Padrão Brasileiro de Metadados para Teses e Dissertações (confirmar)

ODLIS: Online Dictionary for Library and Information Science

RDA: Resource Description and Access

RVBI: Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional

STJ: Superior Tribunal de Justiça

STF: Supremo Tribunal Federal

TCU: Tribunal de Contas da União

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Delimitação do tema e justificativa	12
1.2	<i>Objetivos</i>	13
1.2.1	Objetivo geral.....	13
1.2.2	Objetivos específicos.....	13
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	14
2.1	Representação Descritiva	14
2.1.1	Catálogo.....	14
2.1.2	Catálogo	18
2.1.3	A Representação descritiva em meio eletrônico.....	22
2.2	Bibliotecas Digitais.....	23
2.3	Base de dados.....	28
2.4	Metadados.....	32
2.4.1	Dublin Core	34
2.4.1.1	Aplicações do Dublin Core	38
2.5	Informação Jurídica	40
2.5.1	Documentação jurídica	43
2.5.1.1	Legislação	43
2.5.1.2	Doutrina	44
2.5.1.3	Jurisprudência.....	45
2.5.2	O meio eletrônico e a informação jurídica	46
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
3.1	Caracterização da pesquisa	49
3.2	Plano da pesquisa.....	51
3.3	Considerações sobre o levantamento das fontes de informação jurídica em legislação, doutrina e jurisprudência.....	58
3.4	Procedimentos para seleção e análise dos registros.....	60

4	ANÁLISE DOS REGISTROS SELECIONADOS	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
6	SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS.....	86
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

1 INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação do tema e justificativa

Na atual sociedade da informação, o desenvolvimento tecnológico encontra-se cada vez mais em evidência e, conseqüentemente, novas tecnologias, meios de acesso, armazenamento e transmissão de conhecimento se tornam disponíveis em meio eletrônico. Com isto, os estudos acerca da descrição bibliográfica se tornam importantes para a compreensão e desenvolvimento da representação descritiva em meio eletrônico.

Desde os primeiros estágios da graduação, a autora desde trabalho esteve em contato com bibliotecas especializadas na área de direito. Após a realização de uma revisão da literatura acerca da informação eletrônica em saúde através da disciplina Organização do Trabalho Intelectual, os interesses em relação à informação eletrônica foram despertados, além das questões acerca de como é realizada a representação descritiva desses recursos. Porém, devido a um maior contato com o ambiente jurídico, optou-se por direcionar o trabalho para a informação jurídica em meio eletrônico e a sua representação descritiva.

A propagação da internet e das tecnologias de comunicação e informação são fenômenos relativamente recentes na sociedade, pois ocorrem de forma intensa desde as últimas duas décadas, fazendo com que os estudos na área também acompanhem esse desenvolvimento. Além disso, existem poucos estudos voltados para a representação descritiva em meio digital na área jurídica.

Neste trabalho, será abordado a representação descritiva existente na informação jurídica em meio eletrônico utilizadas em órgãos da hierarquia superior. As instituições da hierarquia superior são formadas pelos órgãos de instância máxima dos poderes legislativo, executivo e judiciário, assim, os Tribunais Superiores, as duas Casas que formam o Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Deputados) e a Presidência da República fazem parte desse grupo.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Identificar semelhanças e diferenças na representação da informação jurídica em meio eletrônico.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar as características da informação jurídica;
- Descrever os principais padrões de metadados apresentados na literatura brasileira;
- Identificar as principais fontes de informação jurídica em meio eletrônico;
- Comparar registros da área de jurisprudência a fim de identificar semelhanças e diferenças na representação descritiva dos mesmos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão de literatura cobre os seguintes tópicos: a representação descritiva, com sessões sobre catalogação, catálogo, representação descritiva em meio eletrônico; considerações acerca da literatura sobre as bibliotecas digitais e base de dados, por serem um importante meio para armazenamento e disseminação da informação jurídica; os metadados, com seus conceitos, características e exemplos de algumas aplicações do Dublin Core para bibliotecas digitais; a informação jurídica, a documentação jurídica e a informação jurídica em meio eletrônico.

2.1 Representação Descritiva

2.1.1 Catalogação

A catalogação depende de padrões tanto de descrição de conteúdo, como o Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição (AACR2) ou *Resource Description and Access*(RDA), quanto de formatos para a acomodação de conteúdo, como é o caso do Machine Readable Cataloging (MARC21), para a descrição bibliográfica, e outros padrões como o Dublin Core, para a descrição de recursos na web. Convém ainda, destacar que os padrões possibilitam o fácil acesso e recuperação da informação e a navegação de dados entre os diferentes sistemas e plataformas informáticas. (PEREIRA; RIBEIRO JÚNIOR ; NEVES, 2005, p. 10).

Segundo Catarino e Souza (2012, p. 84) a catalogação pode ser vista como “um processo por meio do qual se descreve formalmente um documento ou recurso e se estabelece um variado e variável número de pontos de acesso, objetivando proporcionar, ao usuário final, a condição de encontrar, identificar, selecionar e obter o documento ou o recurso descrito, ou a informação nele contida”. Com isto, a padronização está por trás desse processo, proporcionando caminhos para que os pontos de acesso possam levar o usuário, de forma mais eficiente, para um determinado documento ou conjunto de informações.

Os conceitos sobre a catalogação vêm se desenvolvendo e enfatizando não só a ideia de uma atividade que gera um catálogo, mas a necessidade de reflexão de todo um contexto que envolve a construção desse catálogo. Para Ferraz (1991, p.92), catalogação é “o processo de preparar um catálogo ou de preparar registros bibliográficos que se tornam entradas num catálogo”. Enquanto Mey e Silveira (2009, p. 7) definem catalogação de maneira mais ampla:

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a intersecção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 7).

Existem documentos com normas que norteiam como se dá a catalogação, as AACR2 (Anglo-American Cataloging Rules, second edition / Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição), publicada em 1978, um exemplo dessas normas, tem origem na Conferência Internacional sobre os Princípios de Catalogação, ou Conferência de Paris. Esse código de catalogação, com sua primeira edição em 1967, passou a ser adotado nas escolas de biblioteconomia brasileiras. (MEY; SILVEIRA, 2009).

As regras da AACR2 são divididas em duas partes: a parte I trata da descrição do registro e a parte II trata dos Pontos de Acesso, Títulos Uniformes, Remissivas. Além dessas partes com as regras, o código também possui seis apêndices (A: Maiúsculas e Minúsculas; B: Abreviaturas; C: Numerais; D: Glossário; E: Artigos Iniciais; F: Apêndice à Tradução Brasileira) e um índice.

O RDA é o novo código de catalogação desenvolvido para substituir as AACR2, mas toma como base a norma anterior. O RDA também é pensado para os conteúdos no ambiente digital, além de ser baseado nos FRBR (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos), FRAD (Requisitos Funcionais para Registros de Autoridade) e a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação da IFLA (2009). (SILVA ET. AL., 2012, p. 114). Não serão desdobrados os conceitos acerca desse novo código, pois a análise dos registros será realizada a

luz da AACR2, porém, achou-se necessário citar a existência do RDA uma vez que esse novo código vem ganhando espaço na catalogação.

Para a compreensão das diferenças entre as AACR2 e RDA, Silva et. al. (2012) aponta algumas características que distinguem esse novo código:

As AACR2 definem diferentes níveis de descrição, já a RDA propõe a utilização de elementos essenciais de descrição que possibilitem que as tarefas dos usuários de encontrar, identificar, selecionar e obter sejam satisfeitas. A LC está desenvolvendo uma nova política para a utilização da RDA, sobre os elementos essenciais para descrição listando elementos considerados importantes tanto na descrição bibliográfica como nos dados de autoridade. Na RDA, não existe indicação para uso de abreviaturas, e sim preferência para que todas as informações estejam por extenso. Transcreve-se da forma em que aparece no item, não acrescentando informações extras. Registram-se os nomes na ordem encontrada na fonte, e frases para indicar uma informação adicional ou desconhecida, como: lugar de publicação não identificado e editor não identificado. (SILVA ET. AL., 2012, p. 118).

Outra norma importante para a Ciência da Informação e que também se apresenta como base para a AACR2 e outros códigos de catalogação é a ISBD (Internacional Standard Bibliographic Description, ou Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada).

O primeiro objetivo da ISBD é estabelecer critérios para uma catalogação descritiva compatível a nível mundial, com a finalidade de tornar possível o intercâmbio de registros bibliográficos entre agências bibliográficas nacionais, entre as bibliotecas a nível internacional e entre as comunidades de informação em geral. (ESCOLANO RODRIGUEZ; McGARRY, 2007, p. 1).

A ISBD é um padrão internacional de descrição bibliográfica no qual divide as informações que descrevem os registros em oito áreas, são elas:

Quadro 1: Áreas da ISBD

Área 1	Título e indicação de responsabilidade
Área 2	Edição
Área 3	Detalhes específicos do material
Área 4	Dados da publicação

Área 5	Descrição física
Área 6	Série
Área 7	Notas
Área 8	Número normalizado

Fonte: Mey e Silveira (2009)

A literatura aponta a existência de grupos de trabalhos coordenados pela IFLA (sigla de *International Federation of Library Associations and Institutions*), que se reúnem para discutir sobre a Catalogação Internacional Especializada, chamados de *IFLA Meetings of Experts on an International Cataloguing Code*, sigla IMEICC). Assim, a partir desses encontros, os grupos de trabalho que se ocupam com a ISBD alteram a estrutura desse padrão.

Recentemente, a partir desses grupos, publicou-se a ISBD Consolidada, que em uma única norma todas as regras que podem ser aplicadas em diversos tipos de materiais. (MEY; SILVEIRA, 2009; (ESCOLANO RODRIGUEZ; McGARRY, 2007).

Mey e Silveira (2009, p. 105) abordam os conceitos e um breve histórico acerca da ISBD para explicitar como esse padrão está por trás da estrutura da descrição bibliográfica da AACR2. Por exemplo, em cada capítulo da parte I da AACR2 que trata da descrição bibliográfica, as regras são compostas por dois dígitos básicos, o primeiro corresponde ao tipo de suporte tratado no capítulo e o segundo dígito corresponde à área da ISBD, se estamos nos referindo as regras que tratam dos dados de publicação de músicas impressas, vamos recorrer a regra 5.4, que corresponde ao capítulo 5 (música impressa) e área 4 da ISBD (dados da publicação).

Portanto, a catalogação é um importante processo para que o conhecimento registrado possa ser descrito de forma que possa ser uma ponte entre a informação e o seu usuário. Além disso, os códigos de catalogação também vêm se desenvolvendo e acompanhando as novas demandas que os novos suportes de informação desenvolvidos necessitam.

2.1.2 Catálogo

Segundo Sousa e Fugita (2009, p. 70) “a tendência dos catálogos é de atuar como bases de dados, inclusive no que concerne o acesso a textos completos”, assim, apesar desse trabalho não aprofundar os estudos acerca dos catálogos, é importante apresentar alguns conceitos e funções do catálogo uma vez que se entende que apesar do meio eletrônico oferecer diversas possibilidades, os catálogos (principalmente online) continuam sendo importantes aliados na localização e disponibilização da informação. Com isto, nesta seção serão apresentadas algumas definições, características e funções do catálogo.

As bibliotecas geralmente possuem acervos que dificilmente podem ter a localização dos seus itens memorizados, por isso, precisam estar relacionados em algum documento que proporcione uma espécie de endereço desse determinado item. Dessa forma, entram em cena os catálogos.

Com o desenvolvimento da tecnologia, as possibilidades de organizar um item (não somente em suporte físico, mas como em eletrônico) trouxe certa evolução na definição de catálogo.

O Código da Vaticana, amplamente utilizado no Brasil antes da AACR2, em sua versão em português de 1962, define sucintamente o catálogo de livros como “uma lista ordenada das obras de uma coleção pública ou privada” (CÓDIGO...). Enquanto Ferraz (1991), passados quase quatro décadas da definição do Código da Vaticana, aponta uma visão parecida:

Em bibliotecas, o índice ou lista de materiais disponíveis é chamado de catálogo. Um catálogo é uma lista arranjada por ordem alfabética, por número ou por assunto, de livros, mapas, moedas, selos ou materiais de quais outros itens que constituam uma coleção. (FERRAZ, 1991, p. 92).

Entretanto, existem autores que definem o catálogo de uma biblioteca não apenas como uma lista de itens, mas que consideram sua influência na comunicação entre o usuário e a biblioteca e outras características e funções dos mesmos. Assim, consideram que a definição de catalogação pode ser mais

abrangente, como exemplo, Mey (1986) aponta a definição de Jolley (apud MEY, 1986) que contempla esses aspectos:

O catálogo é um instrumento de comunicação e todos os instrumentos de comunicação, como a própria língua, são hábitos sociais. [...] o catalogo é um sistema de comunicação altamente complexo. [...] a função de uma biblioteca é prover um leitor com os livros de que ele necessita e é o catálogo que torna possível o desempenho desta função, por estabelecer relações entre as necessidades do leitor e os recursos da biblioteca. (JOLLEY apud MEY, 1986, p. 17).

Para este trabalho, será utilizada a definição de Mey e Silveira (2009), por concordar com as autoras quanto ao conceito mais abrangente de catálogo:

Catálogo é um meio de comunicação, que veicula mensagens sobre os registros do conhecimento, de um ou vários acervos, reais ou ciberespaciais, apresentando-as com sintaxe e semântica próprias e reunindo os registros do conhecimento por semelhanças, para os usuários desses acervos. O Catálogo explicita por meio das mensagens, os atributos das mensagens e os relacionamentos entre elas. (Mey ; Silveira, 2009, p. 12).

Segundo Mey e Silveira (2009), Cutter foi o primeiro a elaborar os objetivos do catálogo, sendo aceitos até hoje e com poucas modificações, são eles: permitir a uma pessoa encontrar um livro de determinado autor ou o título ou o assunto; mostrar o que a biblioteca possui de um autor determinado, de um assunto indeterminado ou de um tipo determinado de literatura; ajudar na escolha de um livro de acordo com a sua edição ou de acordo com o seu caráter literário ou tópico. (MAYE SILVEIRA, 2009, p. 12).

De acordo com Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação da IFLA (2009), os objetivos do catálogo são:

4.1 Encontrar recursos bibliográficos numa coleção como resultado de uma pesquisa, utilizando atributos e relações entre recursos:

4.1.1 Para encontrar um determinado recurso.

4.1.2 Para encontrar conjuntos de recursos representando todos os recursos que pertencem à mesma obra;

todos os recursos que representam a mesma expressão;

todos os recursos que exemplificam a mesma manifestação;

todos os recursos associados a determinada pessoa, família ou colectividade (entidade);

todos os recursos sobre um determinado assunto;

todos os recursos definidos por outros critérios (língua, lugar de publicação, data de publicação, tipo de conteúdo, tipo de suporte,

etc.), normalmente como uma delimitação secundária de um resultado de pesquisa.

4.2 Identificar um recurso bibliográfico ou agente (ou seja, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares);

4.3 Selecionar um recurso bibliográfico que seja apropriado às necessidades do utilizador (usuário), (ou seja, escolher um recurso que esteja de acordo com as necessidades do utilizador (usuário), no que diz respeito ao conteúdo, suporte, etc. ou rejeitar um recurso que seja inadequado às necessidades do utilizador (usuário);

4.4 Adquirir ou **obter** acesso a um item descrito (ou seja, fornecer informação que permitirá ao utilizador (usuário) adquirir um item por meio de compra, empréstimo, etc. ou aceder (acessar) eletronicamente a um item por meio de uma ligação em linha a uma fonte remota); ou acessar (aceder), adquirir ou obter dados bibliográficos ou de autoridade;

4.5 Navegar num catálogo ou para além dele (quer dizer, através da organização lógica dos dados bibliográficos e de autoridade e da apresentação de formas claras de se navegar, incluindo a apresentação de relações entre obras, expressões, manifestações, itens, pessoas, famílias, entidades (colectividades), conceitos, objetos, eventos e lugares). (DECLARAÇÃO..., 2009).

Para Sousa e Fujita (2012, p, 61), os catálogos possuem o papel “de conduzir os usuários a encontrar um documento pela descrição temática, e/ou pela descrição física” e também são “os responsáveis em direccionar a localização física na estante, do documento recuperado” (SOUSA ; FUJITA, 2012, p, 61).

Em síntese, percebe-se que os catálogos estão voltados à ideia de possibilitar o encontro de um item para determinado leitor, de forma mais eficiente o possível para esse usuário.

Quanto às formas de organização do catálogo em relação ao suporte, Sousa e Fujita (2012) apontam que os catálogos podem ser em formato manual, impresso, semi-automatizado e automatizado. Enquanto Mey e Silveira (2009) afirmam que os catálogos podem ser manuais ou automatizados, sendo que os manuais são comumente apresentados em fichas e os automatizados podem ser em linha (sendo os mais comuns), conectados a redes ou a um servidor particular ou em diferentes suportes físicos obtidos a partir de um servidor como em CD-ROM.

Gradativamente, os catálogos impressos foram sendo substituídos por automatizados (FERRAZ, 1991) e com o advento da internet, foram sendo

difundidos os catálogos online, também amplamente conhecidos como Online Public Access Catalogue (OPACs). (OLIVEIRA 2008; SOUSA; FUJITA, 2012).

Acerca dos trabalhos sobre os catálogos online em bibliotecas, Oliveira (2008, p. 74) afirma que “a literatura sobre catálogo on-line de bibliotecas revela pouco consenso sobre como chamar esse sistema de recuperação da informação”. Com isto, o autor aponta que esses catálogos também são chamados de catálogos de computador (computer catalogs), catálogos on-line (online catalogs), catálogos de fichas automatizados (automated card catalogs), catálogos de acesso de cliente (patron access catalogs), ou catálogo em linha de acesso público (online public access catalogs), este último mais utilizado.

Sousa e Fujita (2012) demonstram que os catálogos automatizados são denominados pela literatura como catálogos eletrônicos, em linha ou on-line, ou Online Public Access Catalogs (OPACs). Neste trabalho, será adotado a denominação OPAC identificar os catálogos online.

Os OPACS proporcionaram “o acesso dos usuários ao conteúdo do acervo das unidades de informação tornou-se mais ágil e dinâmico, não sendo necessário ao usuário se locomover até uma biblioteca para realizar pesquisas bibliográficas, para renovar um material ou solicitar a reserva de um item específico” (OLIVEIRA, 2008, p. 74).

Uma importante característica dos OPACS é a sua interoperabilidade, ela possibilita o intercâmbio de documentos entre diferentes instituições, sendo possível negociar documentos através da comutação bibliográfica. (SOUSA; FUJITA, 2012). Mey e Silveira (2009) ainda destacam o papel da cooperação entre bibliotecas, para as autoras, isto proporciona uma economia para os serviços de informação.

Assim, os catálogos se desenvolveram ao longo dos anos e ainda assumem um importante papel de ligação entre o usuário, uma biblioteca e o seu acervo.

Convém destacar que existe uma linha tênue entre as bibliotecas digitais e os repositórios institucionais, a literatura não é unânime em relação à distinção das mesmas ou sobre até que ponto ambas se aproximam dos catálogos ou podem até

serem considerados catálogos. Neste trabalho, optou-se por abordar somente as bibliotecas digitais, por estarem mais presentes (assim como as bases de dados) na produção da informação jurídica eletrônica em relação à legislação, doutrina e jurisprudência nos órgãos dos Tribunais Superiores do que os repositórios institucionais.

2.1.3 A Representação descritiva em meio eletrônico

Nesta seção será abordada a representação da informação em meio eletrônico, bem como a importância da descrição da informação em ambiente digital.

A forma como a informação é organizada e descrita em ambiente digital se torna imprescindível para a recuperação, pois conforme esses ambientes comportam mais informação, o volume da mesma aumenta.

Segundo Bräscher e Café (2008), a descrição da informação é fundamental na recuperação da informação, pois cumpre a função de possibilitar o acesso a itens específicos que se encontram armazenados.

Com o advento dos recursos tecnológicos bem como a possibilidade de novos suportes de informação em meio eletrônico, surgiu a necessidade dos profissionais da informação também refletirem sobre como organizar e descrever esses novos recursos. Com isso, segundo Dziekaniak (2007), pelo fato do meio digital ser um grande depósito de informação, a Biblioteconomia precisa interagir com essas novas práticas, tendo como um de seus objetos de estudo as novas metodologias utilizadas para descrição de acervos eletrônicos.

Taylor (2004) aponta algumas dificuldades enfrentadas na catalogação de recursos eletrônicos, como a determinação exata da unidade de catalogação. Existem conceitos diferentes em relação a um suporte físico, como na descrição física, localização do item (uma vez que os sítios eletrônicos podem ser muito voláteis e ocasionar de um documento posteriormente não estar mais no mesmo lugar) e a definição do principal editor responsável. Também se encontra uma

diferença na estrutura em que a informação está exposta, não mais em páginas com formatações e padronizações de layout mais definidos.

A descrição/representação documental passou a ser uma atividade interdisciplinar e colaborativa (BAPTISTA, 2011). Além do conhecimento teórico e técnico como ponto de partida, é necessário que exista, por exemplo, a presença das tecnologias de documentação e informação para auxiliar o registro e a recuperação do documento descrito.

Ainda segundo Baptista, a representação descritiva em meio eletrônico trouxe a ruptura de alguns paradigmas, são eles:

1. A lógica da descrição não mais se baseia numa visão fixa (e monolítica) do objeto, porém na desconstrução da própria descrição, - que embora obedecendo a padrões pré-determinados, permite que todo e qualquer elemento descritivo possa ser considerado, de per si, como ponto de acesso tanto ao objeto, isoladamente, como aos relacionamentos entre o objeto considerado e outros objetos. [...]
2. A elaboração de registros que contêm a representação descritiva de quaisquer suporte passa a ser feita por diferentes profissionais, de acordo com seus interesses, e a partir de múltiplas localizações: cientistas; artistas; empresas; negociantes; editoras; bibliotecas; arquivos, museus, etc. (BAPTISTA, 2011, p. 182).

A representação descritiva em meio eletrônico, portanto, se torna parte da organização da informação digital e está presente de forma intensa nas novas práticas de representação e organização do conhecimento. Além disso, a padronização dessa descrição propicia o fácil acesso e recuperação da informação e os usuários podem mover com facilidade os dados entre os diferentes sistemas e plataformas informáticas. (PEREIRA; RIBEIRO JÚNIOR; NEVES, 2005).

2.2 Bibliotecas Digitais

O advento da tecnologia trouxe a possibilidade de reunir e organizar a informação em novos espaços. Nas últimas décadas, o desenvolvimento desse meio possibilitou que pudessem ser criadas bibliotecas digitais, que vão além do espaço físico. Existem autores que apresentam o surgimento das bibliotecas digitais como

resultado da evolução do meio eletrônico, da ideia e tentativas de se reunir e disponibilizar o maior volume de informação em um único meio. Acerca disso, Assunção (2011) afirma que:

A biblioteca digital surge em um contexto em que se sobrepõe a necessidade de guardar, organizar e disseminar toda a informação e o conhecimento produzidos pela humanidade no decorrer do tempo. Poderíamos também atribuir o nascimento da biblioteca digital ao sonho da biblioteca universal, que seria capaz de reunir todo o conhecimento, experiência e literatura humana para que não se perdessem com o tempo, assim como disseminar essa informação de maneira global. (ASSUNÇÃO, 2011, p. 2).

Considerado o embrião da biblioteca digital, o seu primeiro protótipo foi idealizado em 1945, por Vannevar Bush, que ele chamou de Memex -**Memory Extension** (ASSUNÇÃO, 2011; SILVA E FURTADO, 2004). O Memex seria “um instrumento de pesquisa e recuperação da informação baseado na tecnologia de microfilmagem, capaz de armazenar textos e imagens e criar associações entre eles”. (ASSUNÇÃO, 2011, p. 2).

Acredita-se que a evolução da biblioteca tradicional para a digital, se dá a partir da década de 1960, com o início do processo de informatização das bibliotecas (ASSUNÇÃO, 2011). Nos anos 70, “muitas bibliotecas implementaram catálogos em linha, passaram a acessar bancos de dados, iniciaram o uso regular de cd-rom para recuperar referências bibliográficas e textos completos de artigos de periódicos, verbetes de enciclopédias e itens de outras fontes de referência” (CUNHA, 1999, p. 258).

Na década de 1980, com um intenso desenvolvimento da internet, as atividades desenvolvidas na biblioteca ganharam a possibilidade de romper a “linearidade da escrita”, permitindo a alteração das formas de trabalho dos autores, editores e bibliotecários através de novos recursos de produção e difusão científicas, ou seja, transformando do ciclo da comunicação científica (Silva; Furtado, 2004, p. 1).

Pode-se considerar que na década de 1990 a ideia das bibliotecas digitais bem como os esforços para a criação das mesmas em diversos campos do saber já

estava efetivada. Acerca disso, Assunção (2011, p. 1) afirma que a biblioteca digital “é um fenômeno tecnossocial da década de 1990” e Cunha (1999, p. 258) destaca que “as possibilidades de acessar e recuperar informações aumentaram de forma nunca antes imaginada”.

Atualmente, observamos a existência de inúmeras bibliotecas digitais espalhadas pelo mundo, bem como diversos trabalhos e estudos de caso acerca dessas bibliotecas. Percebe-se também, que as bibliotecas digitais, no século XXI, se mostram importantes aliadas do armazenamento e difusão de informações e definitivamente presente na sociedade.

Acerca da definição de biblioteca digital, Assunção (2011) afirma que ainda não fomos capazes de criar uma definição precisa e conceitual que compreenda o conceito de biblioteca digital e que é preciso considerar duas linhas de investigação de naturezas diversas:

[...] a primeira diz respeito à biblioteca digital como um fruto de um processo evolutivo das bibliotecas como um todo. A seguinte vê a biblioteca digital como “uma ferramenta tecnológica que revolucionou o cenário das bibliotecas, mas, entretanto, fomenta a dúvida de que a biblioteca digital seja realmente uma biblioteca” (Assunção, 2011, p. 3).

Além disso, Assunção (2011) chama atenção ao fato de outros termos serem usados como sinônimos, por exemplo, a biblioteca eletrônica, digital e virtual, biblioteca on-line, biblioteca híbrida, biblioteca multimídia, biblioteca do futuro, biblioteca do século XXI, biblioteca sem paredes, biblioteca biônica, biblioteca conectada a uma rede, entre outros.

Cunha (1999, p. 258) também aponta vários conceitos que considera sinônimos de biblioteca, ao afirmar que “a biblioteca digital é também conhecida como biblioteca eletrônica (termo preferido dos britânicos), biblioteca virtual (quando utiliza os recursos da realidade virtual), biblioteca sem paredes e biblioteca conectada a uma rede”.

Entretanto, Backer (apud MARCHIORI, 1997) considera alguns conceitos utilizados como sinônimo de biblioteca como algo distinto, assim, diferencia a biblioteca digital da polimídia, a eletrônica e a virtual:

A biblioteca **polimídia**: as bibliotecas polimídias seriam instituições que armazenam informação utilizando uma extensa e variada gama de "mídias". Essencialmente, são similares às bibliotecas convencionais, contendo livros que convivem com vídeos, fitas, CD-ROMs, CD-Is, microfilmes, *software* de computadores etc.

A biblioteca **eletrônica**: é o termo que se refere ao sistema no qual os processos básicos da biblioteca são de natureza eletrônica, o que implica ampla utilização de computadores e de suas facilidades na construção de índices *on-line*, busca de textos completos e na recuperação e armazenagem de registros. A biblioteca eletrônica se direcionará para ampliar o uso de computadores na armazenagem, recuperação e disponibilidade de informação, podendo envolver-se em projetos para a digitalização de livros.

A biblioteca **digital** difere das demais, porque a informação que ela contém existe apenas na forma digital, podendo residir em meios diferentes de armazenagem, como as memórias eletrônicas (discos magnéticos e óticos). Desta forma, a biblioteca digital não contém livros na forma convencional e a informação pode ser acessada, em locais específicos e remotamente, por meio de redes de computadores [...].

A biblioteca **virtual** é conceitualizada como um tipo de biblioteca que, para existir, depende da tecnologia da realidade virtual. Neste caso, um *software* próprio acoplado a um computador sofisticado reproduz o ambiente de uma biblioteca em duas ou três dimensões, criando um ambiente de total imersão e interação. É então possível, ao entrar em uma biblioteca virtual, circular entre as salas, selecionar um livro nas estantes, "tocá-lo", abri-lo e lê-lo. (MARCHIORI, 1997).

Alencar (2004, p. 208) compõe uma definição para biblioteca digital a partir de um levantamento das definições compostas por diversos pesquisadores da área de biblioteca digital:

A Biblioteca Digital é um ambiente digital presente na web ou em redes locais suportada por profissionais que realizam a busca, recuperação, tratamento, indexação e digitalização de acervos em diversos formatos (vídeo, áudio, imagem e texto), combinando serviços da biblioteca tradicional tais como indexação e organização da informação, associando esses serviços aos recursos e serviços digitais, servindo a uma comunidade, seja ela mundial ou específica, e possibilitando interações entre os seus usuários. (ALENCAR, 2004, p. 208).

Segundo Assunção (2011) e Sayão (2009), a definição mais difundida é a da Digital Library Federation (DLF):

Bibliotecas digitais são organizações que disponibilizam os recursos, incluindo pessoal especializado, para selecionar, estruturar, oferecer acesso intelectual, interpretar, distribuir, preservar a integridade e assegurar a persistência ao longo do tempo que eles estejam prontos e economicamente disponíveis para o uso de uma comunidade definida ou um conjunto de comunidades. (DLF apud SAYÃO, 2009, p. 15).

A partir dos conceitos apresentados e da compreensão dos mesmos, optou-se por utilizar neste trabalho, o termo biblioteca digital. A seguir, serão apresentadas informações específicas acerca das bibliotecas digitais.

Uma biblioteca digital possui certas características, segundo Cunha (1999, p. 258), algumas delas são:

- a) acesso remoto pelo usuário, por meio de um computador conectado a uma rede;
- b) utilização simultânea do mesmo documento por duas ou mais pessoas;
- c) ilusão de produtos e serviços de uma biblioteca ou centro de informação;
- d) existência de coleções de documentos correntes onde se pode acessar não-somente a referência bibliográfica, mas também o seu texto completo. O percentual de documentos retrospectivos tenderá a aumentar à medida que novos textos forem sendo digitalizados pelos diversos projetos em andamento;
- e) provisão de acesso em linha a outras fontes externas de informação (bibliotecas, museus, bancos de dados, instituições públicas e privadas);
- f) utilização de maneira que a biblioteca local não necessite ser proprietária do documento solicitado pelo usuário;
- g) utilização de diversos suportes de registro da informação tais como texto, som, imagem e números;
- h) existência de unidade de gerenciamento do conhecimento, que inclui sistema inteligente ou especialista para ajudar na recuperação de informação mais relevante.

Sayão (2007; 2008), um importante estudioso brasileiro das bibliotecas digitais, analisa as questões de interoperabilidade sobre os diversos pontos e padrões que permitem diversas ações às bibliotecas digitais abertas e que também criem a infra-estrutura necessária para viabilizar tecnicamente a interoperabilidade entre elas. Para o autor, a interoperabilidade é um ponto importante a ser considerado em uma biblioteca digital.

Rosetto (2008) aponta alguns recursos a serem incluídos na construção de uma biblioteca digital, são eles: bases de dados com links para os documentos em meio digital ou impresso, ferramentas de indexação e localização, coleções de informações com apontamentos para recursos da internet, diretórios, fontes primárias nos vários formatos digitais, fotografias, conjunto de dados numéricos, revistas eletrônicas, livros eletrônicos, vídeos, músicas, verbetes de assuntos temáticos. Com isto, entende-se que são várias mídias digitais que podem ser utilizadas em uma biblioteca digital.

As bibliotecas digitais representam, portanto, uma nova maneira de reunir e organizar a informação que veio a partir dos adventos das tecnologias da informação. Percebe-se ainda, que as bibliotecas digitais vêm se aprimorando e cada vez estão mais presentes no cotidiano da sociedade da informação.

2.3 Base de dados

Optou-se por constituir uma nova sessão para abordar as bases de dados, pois se entende que apesar das mesmas serem usadas em bibliotecas digitais, não existem somente no meio biblioteconômico.

As bases de dados, assim como as bibliotecas digitais, acompanharam o desenvolvimento a informática e das tecnologias. Sayão (1996) afirma que as bases de dados proporcionaram um novo meio de reunir a memória coletiva científica, pois está ligada aos com os aspectos cumulativo, social e institucional da ciência. Além disso, percebe-se que as bases de dados não só mudaram a formar de armazenar o conhecimento científico como dados de empresas, instituições e outros centros que precisam organizar desde simples informações como dados de funcionários até a memória institucional produzida.

A partir da década de 1970, Cianconi (1987) e Lopes (1983) apontam o desenvolvimento da chamada “indústria da informação”, com o desenvolvimento de bases de dados online disponibilizadas em larga escala, principalmente nos Estados

Unidos e Europa, a informação passa a ser vista como um produto comercializável. A literatura mostra que as décadas de 1970 e 1980 foram palco da atenção dada ao desenvolvimento das bases de dados.

Acerca do cenário das bases de dados na década de 1980, Cunha (1987, p. 59) expõe o avanço e a chegada das bases de dados nos setores da biblioteca:

O uso das bases de dados nos países desenvolvidos já é uma realidade. Apesar do seu uso nessas bibliotecas está ainda em suas primeiras fases, pode-se verificar que os efeitos da utilização de base de dados se faz sentir em todos os setores da biblioteca, seja através da rapidez na recuperação de citações, na grande ajuda na otimização do fluxo do documento dentro de uma sessão de processamento técnico, ou mesmo na necessidade de se buscar em outras bibliotecas de documentos que parecem relevante para os usuários. [...] (CUNHA, 1987, p. 59).

Lopes, 1991, destacava que o acesso a bases de dados em linha já estava estabelecido nos países desenvolvidos, estando presentes também bibliotecas públicas desses países. Entretanto, nos países em desenvolvimento, o acesso a bases de dados em linha estava basicamente centrado em bibliotecas e centros de informações de universidades e de instituições especializadas. Enquanto isso, as bases de dados disponibilizadas em CD-ROM eram consolidadas e proporcionaram o surgimento do mercado de editoração eletrônica e contribuem para maior distribuição dessas bases. Na segunda metade dos anos 90, Pereira et. al. (1999, p. 1) afirma que “o tema da qualidade de bases de dados atraiu a atenção da indústria da informação”, com maior existência de trabalhos direcionados ao estudo desse enfoque.

A definição mais utilizada pelos autores consultados é a de Rowley (c1993, p. 66), na qual base de dados pode ser definida como "uma coleção de registros similares entre si e que contém determinadas relações entre esses registros". Em uma definição similar, Lopes (1991, p. 217) afirma que “uma base de dados constitui uma coleção de dados estruturados, que permite acesso a todos os outros dados da coleção, sempre que tiver sido definida uma relação lógica ou natural entre estes mesmos dados”.

Cianconi (1987, p. 54) define base de dados como “um conjunto de dados interrelacionados, organizados de forma a permitir recuperação de informações”. A autora também destaca a diferença no conceito entre base de dados e banco de dados, no qual o segundo termo pode ser definido como o conjunto de bases de dados.

De acordo com Rowley (2002), as bases de dados podem ser divididas em dois tipos principais: *base de dados de referências* e *base de dados de fontes*.

As bases de dados de referências encaminham ou orientam o usuário para outra fonte a fim de obter informações adicionais ou conseguir o texto completo de um documento. Como exemplos são citados na literatura as bases bibliográficas, catalográficas e referenciais. As bases de dados bibliográficas “informam sobre o que foi publicado e aonde se publicou e, na hipótese de a base conter resumos, apresentarão uma síntese do conteúdo do documento original” (Rowley, 2002, p. 110); as bases de dados catalográficas indicam os itens do acervo de uma determinada biblioteca ou rede de bibliotecas e as base de dados referenciais que registram informações ou dados típicos de cadastros, como nomes e endereços de indivíduos e instituições.

As bases de dados de fontes “contêm dados originais e constituem um tipo de documento eletrônico” (Rowley, 2002, p. 110), podendo ser agrupadas, segundo o seu conteúdo em:

- base de dados numéricos: dados numéricos de vários tipos, como os dados estatísticos e levantamentos;
- base de dados de texto integral: apresentam notícias de jornal, especificações técnicas e programas de computador.
- base de dados textuais e numéricos: apresentam uma mistura de dados tanto textuais como numéricos, por exemplo, os relatórios anuais de empresas;
- base de dados multimídia: reúne informações armazenadas em diferentes mídias, como fotografias, som, vídeos, textos e animações. (ROWLEY, 2002, p. 110)

Por outro lado, Lopes (1991, p. 217) apresenta uma classificação mais sucinta, dividindo as bases de dados nas seguintes categorias:

- 1) Bases de dados referenciais – contêm referências ou informações secundárias, projetadas para guiar o usuário às fontes primárias de

informações. Bases de dados de referências constituem basicamente as bibliográficas e de diretórios.

2) Bases de dados de fontes primárias - contêm informações primárias, ou dados completos e, portanto, não remetem o usuário a outras fontes para a resposta a uma busca. Estas bases normalmente contêm dados como estatísticas, dados numéricos, bases de dados de texto integral, diagramas, gráficos e dicionários. (LOPES, 1991, p. 217).

Cianconi (1987) também categoriza as bases de dados sobre a ótica da disponibilidade, origem e natureza. Quanto à disponibilidade, as bases podem ser de acesso restrito a um determinado grupo e/ou instituição ou de acesso público. No que se referem à origem, as bases de dados podem ser organizadas pelo setor público ou privado. E quanto à natureza das informações armazenadas, podem ser classificadas em bases bibliográficas ou referenciais, quando há uma referência ao documento original no intuito de orientar o usuário a localizar certo item ou base de dados factuais, quando o documento é apresentado na íntegra.

A literatura brasileira é repleta de trabalhos que tratam das bases de dados. Ciaconi (1987) analisa a experiência dos Estados Unidos que ainda detinha hegemonia na construção de bases de dados e as iniciativas do Brasil nessa área, os principais órgãos governamentais e privados envolvidos e as bases de dados oferecidas nacionalmente. Sayão (1996) fala da produção científica e sua relação com as bases de dados, que também proporcionaram um novo meio de reunir a memória coletiva científica, pois está ligada aos aspectos cumulativo, social e institucional da ciência. Ainda segundo o autor, para existir nas bases de dados, o conhecimento precisa sofrer um processo de tradução e representação, oferecendo como resultado o metac conhecimento.

Nos últimos anos, foram apresentados vários trabalhos acerca das bases de dados nacionais ou com participação brasileira, principalmente a realização de estudos de caso. Por exemplo, Kleinubing (2010) estuda as principais características bibliométricas na área de gestão da informação da base Lisa, uma das bases mais conhecidas da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, através da aplicação da bibliometria à análise de publicações dessa base de dados. Bufrem (2008) analisa as questões teóricas sobre a construção de bases de dados, que

vem sendo fundamentadas nas desenvolvidas na constituição da base de dados BRAPCI (Base de Dados Brasileira de Periódicos em Ciência da Informação).

A história e a evolução das bases de dados, assim como das bibliotecas eletrônicas, estão ligadas ao desenvolvimento tecnológico. Além disso, as bases de dados são recursos utilizados tanto por bibliotecas como para armazenar dados de uma empresa, órgãos ou determinada instituição. As bases de dados se tornaram um importante instrumento da biblioteconomia no papel de reunião, tratamento e disseminação da informação.

2.4 Metadados

Nesta seção, serão abordados os principais padrões de metadados identificados na literatura brasileira, bem como os conceitos acerca dos metadados.

As definições sobre metadados abordadas nesse trabalho foram construídas nos últimos dez anos, apesar da palavra “Metadado” já existir desde a década de 1960. Percebe-se ainda, que as mesmas estão relacionando o termo “metadado” com a questão da representação e/ou descrição da informação em meio eletrônico.

A definição mais utilizada de metadados é aquela que significa dados sobre dados, tendo esse conceito sua origem na ciência da computação (CAMPOS, 2007). Segundo Pereira, Ribeiro Júnior e Neves (2005) destacam que o termo Metadata não é recente, pois essa palavra foi criada em 1969, por Jack Myres, para chamar os dados utilizados na descrição de arquivos convencionais. Entretanto, Dziekaniak (2007) considera essa definição genérica, necessitando de um maior aprofundamento.

Souza, Vendrusculo e Melo (2000) definem metadados como:

Elementos utilizados para representar recursos [...] podendo descrever qualquer recurso web. Porém, isso não limita seu emprego aos ambientes em web, eles podem ser usados para descrever um

livro em um catálogo de uma biblioteca online ou não. (SOUZA, VENDRUSCULO E MELO, 2000, p.).

Taylor (2004) destaca que os metadados são divididos em três categorias, são eles os metadados administrativos, estruturais e descritivos. Os metadados administrativos são criados para “efeitos de gestão, tomadas de decisão e organização de registros. Eles também dão assistência ao monitoramento, reprodução, digitalização e backup de informações digitais” (TAYLOR, 2004, p. 147).

Os metadados estruturais se referem à “estruturação do arquivo, conjunto de dados, ou outro pacote de informações que está sendo descrito” (TAYLOR, 2004, p. 150) e incluem os seguintes tipos de informação: as documentações acerca do hardware e software; as informações técnicas, como o tamanho dos arquivos, a sequência em que a informação será apresentada e os protocolos utilizados para busca, entre outros. Os metadados descritivos são aqueles utilizados para a descrição do item, ou seja, comportam as informações que identificam as características do item a ser descrito, é nesta categoria, por exemplo, que o padrão Dublin Core se encontra.

Taylor (2004) também leva em conta a informação representada pelos metadados de acordo com vários níveis de expressão expostos nos os FRBRs (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos), assim, os metadados podem descrever “uma obra, a expressão dessa obra, a manifestação dessa expressão, ou um item individual que representa essa manifestação” (TAYLOR, 2004, p. 141, tradução nossa).

Os metadados são importantes elementos nas bases de dados bibliográficas (tratadas na sessão 2.3 desse trabalho) e, acerca disso Souza, Catarino e Santos (1997) destacam a relação das bases de dados com os metadados, nas quais, as descrições dos dados armazenados em uma base de dados são chamadas de metadados.

Alves e Café (2010) além de considerarem os metadados como uma estrutura descritiva da informação sobre outro dado, afirmam que os objetivos dos metadados são “viabilizar a compreensão da informação por seres humanos e

sistemas computacionais, ajudando na identificação, descrição, localização e gerenciamento de recursos da web” (ALVES; CAFÉ, 2010, p). Enquanto para Dziekaniak (2007, p. 233) o principal objetivo dos metadados é:

[...] registrar e organizar de uma forma estruturada os dados de uma determinada comunidade ou organização, visando à padronização e fácil recuperação de informações representadas e organizadas sob sua estrutura, além de permitir melhoras na busca e na avaliação das informações, bem como facilitar a pesquisa e manutenção desses dados[...]. (DZIEKANIAK, 2007, p.233)

Para Campos (2007), a principal função de metadados é descrever o recurso ou objeto informacional de maneira que seja possível admitir a sua identificação, localização, recuperação, manipulação e uso.

A partir das definições, objetivos e funções dos metadados, percebe-se que sua padronização possui um grande papel na representação descritiva da informação em meio eletrônico, com isso, esse padrões se tornam importantes para o registro, organização e a facilidade na recuperação dos documentos.

Segundo a literatura, entre os padrões de metadados utilizados, pode-se citar o *Dublin Core* (DC): catalogação de documentos eletrônicos na *web*; *An Interoperability Metadata Standard for Electronic Theses and Dissertations* a NDLTD; *Machine Readable Catalogue* (MARC): catalogação bibliográfica e o MTD-BR: padrão brasileiro de metadados para descrição de teses e dissertações adotado pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). (PEREIRA; RIBEIRO JÚNIOR; NEVES, 2005; ALVES E CAFÉ, 2010).

Nas próximas subseções serão apresentadas informações sobre o padrão de metadados *Dublin Core* e exemplos da sua aplicação.

2.4.1 Dublin Core

Em 1995, na cidade de Ohio, como resultado do *Dublin Metadata Workshop*, surgiu o *Dublin Core Metadata Initiative*, um padrão pensado para a descrição de recursos eletrônicos de forma simplificada. Esse *workshop* foi realizado com um

propósito de construir um sistema de intercâmbio inovador que possa suprir deficiências no estabelecimento de padrões para serem aplicados no enorme volume de documentos eletrônicos vigentes. (PEREIRA, RIBEIRO JÚNIOR E NEVES, 2005; CAMPOS, 2007).

O conjunto metadados do *Dublin Core* formados por 15 elementos de metadados são: Título, Autor ou Criador; Assunto; Descrição ou Categoria; Editor; Contribuinte; Data; Tipo; Formato; Identificação; Fonte; Idioma; Cobertura; Direitos autorais. Taylor (2004, p. 142) define os elementos que metadados como “categorias individuais ou “campos” que “mantém” as partes individuais da descrição de um pacote de informações”.

Também existem elementos de que qualificam o Dublin Core através do refinamento e esquemas de codificação. O Dicionário de termos da Fiocruz (Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/acessoaberto/index.php/direitos-autorais/glossario-de-termos>) destaca que o Dublin Core qualificado “é apenas uma extensão ao Dublin Core Básico onde alguns dos seus elementos são acompanhados por um qualificador que tornando-os mais restritos , por exemplo, Date.Created, Date.Available, Date.Modified

A tabela a seguir, apresenta um esquema que demonstra o DC Básico, Qualificado:

Quadro 2: Dublin Core Básico e Qualificado

DC Básico (DCMS)	DC Qualificado (Elementos que qualificam DC básico)
contributor	
coverage	coverage.temporal coverage. spatial
creator	
date	date.available date.created date.dateAccepted date.dateCopyrighted date.dateSubmitted date.issued date.modified date.valid
description	description.abstract description.tableOfContents
format	format.extent

	format. medium
identifier	identifier.bibliographicCitation
language	
publisher	
relation	relation.conformsTo relation.hasFormat relation.hasPart relation.hasVersion relation.isFormatOf relation.isPartOf relation.isReferencedBy relation.isReplacedBy relation.isRequiredBy relation.isVersionOf relation.replaces, relation.requires
rights	rights.accessRights rights.license
source	
subject	
Title	title.alternative
type	
	accrualMethod accrualPeriodicity accrualPolicy
	audience.educationLevel audience.educationLevel audience.mediator
	instructionalMethod
	provenance
	rightsHolder

Tabela: Dublin Core Terms [Dublin Core Qualificado]. Fonte:
<http://www.ufrgs.br/snote/wiki/doc.php?id=190>. Acesso em: 04 de maio de 2013. Adaptado.

Os princípios do Dublin Core apontados DCMI (<http://dublincore.org/>, tradução nossa) são:

- Abertura à construção de consenso: aberto a todos, sem nenhum custo;
- Âmbito internacional: participação dos especialistas de mais de 50 países;
- A neutralidade de propósitos e modelos de negócios: setores público e privado;
- A neutralidade da tecnologia: foco na semântica, a gama de tecnologias de implementação;
- Foco Cross-disciplinar: ampla gama de domínios envolvidos; (DCMI Principles, fonte: <http://dublincore.org>. acesso em 15 de maio de 2013).

O Grupo de Trabalho do DCMI para bibliotecas criou o *Library Application Profile*, um perfil de aplicação pensado para especificar quais os elementos de metadados que poderão ser aplicados em bibliotecas (LIBRARY APPLICATION...), esse perfil define os:

- Elementos Dublin Core necessários;
- Esquemas e valores (por exemplo, o uso de um vocabulário controlado específico ou esquema de codificação) permitidos;
- Elementos do domínio da biblioteca utilizadas de outro namespace;
- Elementos adicionais / qualificadores de outros perfis de aplicativos que podem ser utilizados (por exemplo, DC-Educação: Audiência);
- Os esquemas de codificação que poderão ser utilizados.

Assim, o perfil de aplicação de biblioteca procura explorar o uso dos elementos do Dublin Core e prever o uso desses elementos de para servir como um formato de intercâmbio entre os diversos sistemas de utilização de diferentes padrões de metadados, por exemplo, a possibilidade intercâmbio com o MARC, apoiar a simples criação de registros da biblioteca e de recursos dentro de uma variedade de sistemas. (LIBRARY APPLICATION...).

Ao observar os trabalhos que abordam o Dublin Core, percebe-se que os mesmos apontam a estreita relação desse padrão de metadados com a representação descritiva da informação em meio eletrônico.

O DC foi pensado para aperfeiçoar um conjunto de padrões que comportem um compartilhamento da informação em meio à informação de forma que também possam lidar com um alto volume da informação digital.

As principais características do padrão DC para Souza, Vendrusculo e Melo (2000) são: a simplicidade na descrição dos recursos, entendimento semântico universal, escopo internacional e extensibilidade. Além disso, esse padrão de metadados é comumente visto como criado para facilitar a descrição dos recursos eletrônicos. (DZIEKANIAK , 2007; SOUZA, VENDRUSCULO E MELO, 2000).

Baptista (2007) considera o Dublin Core como o mais adequado para o trabalho bibliotecário para a representação descritiva dos documentos eletrônicos:

O Dublin Core não é o único padrão de metadados, porém aquele que, derivado do formato MARC, procura simplificar a representação descritiva, sendo considerado o mais adequado ao ambiente bibliotecário, na medida em que é neste que se concentram grandes massas documentais – tanto físicas, como eletrônicas ou virtuais.(BAPTISTA, 2007, p.182).

Percebe-se que o Dublin Core, pela sua flexibilidade e a sua simplicidade na descrição de recursos informacionais, pode ser um importante instrumento na representação descritiva de acervos eletrônicos.

Na próxima subseção, serão abordados as aplicações do Dublin Core no Brasil, são elas o Banco de Imagem Rural e Mídia da Embrapa, BDJus e o padrão ETD-MS.

2.4.1.1 Aplicações do Dublin Core

Existem alguns trabalhos na literatura brasileira sobre a aplicação do Dublin Core na descrição dos acervos eletrônicos. Souza, Vendrusculo e Melo (2000) demonstram a aplicação dos 15 elementos dos metadados mais três novas categorias criadas (Categoria, Acesso e Contato) para a versão adaptada do Dublin Core criada para a descrição do acervo do Banco de imagem rural mídia (BI-RM) da Embrapa.

Um exemplo da área jurídica na qual os metadados seguem o Dublin Core é a Biblioteca Digital Jurídica (BDJur) mantida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que apesar do nome “biblioteca digital”, trata de um repositório que reúne documentos produzidos por juristas sobre diversos temas de interesse desse tribunal, a Produção Intelectual dos Ministros do STJ, incluindo artigos de periódicos, capítulos de livros, entrevistas, palestras e discursos, além de atos normativos do STJ, teses e dissertações na área do Direito e documentos administrativos produzidos pela casa. A ferramenta utilizada pela BDJur é o *DSpace* que segue padrões e protocolos internacionais, que possibilitam a interoperabilidade com outros sistemas. (BRASIL, Superior Tribunal de Justiça..., 2010).

Desenvolvido no projeto da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, o padrão MTD-BR possui elementos que vão além do padrão ETD-MS, pois possuem “metadados que possibilitam a integração dos registros de teses e dissertações com registros de outros repositórios brasileiros, como por exemplo, o banco de currículos da Plataforma Lattes” (SOUTHWICK, 2003). O padrão MTD-BR é composto pelas seguintes classes de metadados apontadas por Southwick (2003):

- a) Metadados de gestão do registro
- b) Metadados de descrição da tese ou dissertação
- c) Metadados para a identificação de pessoas
- d) Metadados para a identificação de instituições
- e) Metadados de ligação. (Southwick, 2003, p. ver)

O MTD-BR possui um total de 67 elementos, com um conjunto de 19 elementos básicos (BIBLIOTECA... apud Alves e Café, 2010). O quadro, a seguir, apresenta o conjunto de elementos básicos desse padrão.

Quadro 3: Elementos básicos do MTD-BR

Elementos Básicos	Descrição
Controle	Dados de controle do registro de Teses e Dissertações
BibliotecaDigital	Dados da Instituição responsável pela publicação digital da tese ou dissertação
BibliotecaDepositaria	Dados da Biblioteca onde o exemplar físico da tese ou dissertação está arquivado
Título	Título da tese ou dissertação
Arquivo	Endereço eletrônico dos arquivos da tese ou dissertação na Biblioteca Digital
Idioma	Idioma da tese ou dissertação
Grau	Grau acadêmico associado à tese ou dissertação
Titulação	Nome do grau acadêmico associado à tese ou dissertação
Resumo	Resumo da tese ou dissertação
Cobertura	Escopo espacial ou temporal da tese ou dissertação
Assunto	Tópicos tratados na tese ou dissertação e a tabela de onde estes tópicos foram extraídos, quando for o caso
LocalDefesa	Local de defesa da tese ou dissertação
DataDefesa	Data em que foi defendida a tese ou dissertação
Autor	Dados do Autor da tese ou dissertação
Contribuidor	Dados do Contribuidor da tese ou dissertação e forma de participação (papel)
InstituiçãoDefesa	Dados da Instituição onde a tese foi defendida
AgênciaFomento	Dados da Agência de financiamento que apoiou financeiramente o autor
Direitos	Informa as condições de distribuição, reprodução e utilização da tese ou dissertação
Extensão	Reservado para a criação de sub-itens (subcampos) para uso específico

Fonte: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) apud Alves e Café, 2010

A BDTD adota os seguintes: padrões de metadados Dublin Core, o ETD-MS (Electronic Thesis and Dissertation Metadata Standar) padrão internacional adotado pela NDLTD e a MTD-BR -- padrão Brasileiro de Metadados para Teses e

Dissertações. As relações entre esses três padrões podem ser ilustradas na figura abaixo:

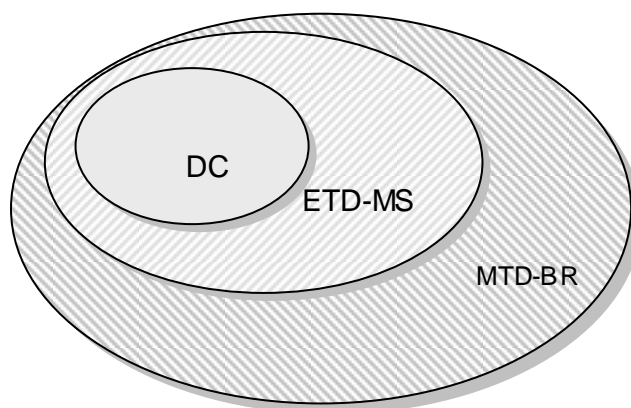


Figura: Relação entre os três padrões de metadados usados pelo sistema da BDTD. Fonte: Southwick (2003).

Percebe-se que o padrão MTD-BR representa um importante avanço nas aplicações do padrão Dublin Core na solução da organização e descrição da informação eletrônica, especificamente, as Teses e Dissertações em formato eletrônico.

Na próxima sessão, serão apresentadas as concepções pertencentes aos autores da área da ciência da informação acerca da informação jurídica, bem como a Informação Jurídica Descritiva (Doutrina), Informação Jurídica Normativa (Legislação) e Informação Jurídica Interpretativa: (Jurisprudência). Considerou-se importante caracterizar a informação jurídica bem como as suas manifestações em meio eletrônico para compreendermos que tipo de informação é esta passível de descrição bibliográfica.

2.5 Informação Jurídica

O volume da informação jurídica gerada e demandada tem aumentado rapidamente, em decorrência da constante atualização. (MIRANDA, 2004). No

advento das tecnologias e seus avanços, o meio eletrônico vem sendo amplamente utilizado para comportar essa produção jurídica.

A definição comumente utilizada é a de Passos (1994), na qual a informação jurídica pode ser vista como:

[...] toda a unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de jurisconsultos, tratadistas, escritores jurídicos, advogados, legisladores, desembargadores, juízes [sic] e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais. (PASSOS, 1994, p. 363)

Existe um grande volume de informação produzida pelos três poderes (legislativo, executivo e judiciário), o que requer um esforço para organização e possibilitar a possível recuperação. Acerca disso, Passos (1994) afirma: "Ora, toda essa massa documental de informação jurídica seria apenas o "caos documental jurídico", se não existissem mecanismos para controlar e recuperar a informação contida nos documentos." (PASSOS, 1994, p. 364).

Para Passos (1994), a informação jurídica tem uma longevidade maior do que a científica, daí a importância do armazenamento, conservação e recuperação. Essa longevidade se dá ao fato de que principalmente as leis e jurisprudências, por mais que possam ser antigas, ou no caso de uma lei ser substituída por outra, os juristas e legisladores precisaram recorrer a essas informações para justificar, revocar ou anular alguma norma ou ato, assim a informação jurídica não perdendo o seu uso. Concordando com esse ponto de vista, López-Muniz (apud PASSOS E BARROS, 2009) afirma que:

A informação jurídica tem uma validade quase permanente, interessando ao jurista não apenas a última que foi publicada, ou a que foi legislada, mas também anterior, ainda que a revocação de uma norma legal deixe sem efeito essas disposições, seus preceitos serão aplicáveis àqueles atos jurídicos que tenham nascido sob a sua vigência, e portanto a eficácia perdura além da própria revocação. Daí não se pode prescindir de documentos jurídicos sob o pretexto da antiguidade. (LÓPEZ-MUNIZ *apud* PASSOS E BARROS, 2009, pg. 96).

Além disso, a informação jurídica pode ser gerada, registrada e recuperada por meio de três formas: a descritiva, a normativa e a interpretativa. (PASSOS, 1994). A informação jurídica descritiva relacionada à doutrina; a normativa, que se refere à legislação e a interpretativa que é relativa à jurisprudência. Mais adiante, serão apresentados as definições em relação a legislação, doutrina e jurisprudência.

Marques Júnior (1997) aborda o processo de elaboração e aplicação das leis e os tipos de informação geradas nesse processo, mais especificamente o processo e a informação jurídico-legislativa e aponta as principais fontes de informação da legislação, jurisprudência e doutrina. O autor ressalta a importância das decisões políticas e consequentemente das leis que dão base nessas decisões no cotidiano da gestão de negócios. Essas decisões sofrem influência direta da informação dos legisladores, daí a necessidade da informação jurídica está armazenada e descrita de maneira que possa ser recuperada de forma eficiente.

Tendo como base Passos (1997) e Marques Júnior (1997), foi construído um quadro com os principais documentos nos quais é registrada a informação jurídica. A Legislação, Doutrina e Jurisprudência serão abordadas nas próximas sessões.

Quadro 4: Principais documentos da Informação Jurídica

Principais documentos da Informação Jurídica	
Informação Jurídica Descritiva (Doutrina)	Livros, teses, artigos de periódicos, pareceres, conferências e seminários.
Informação Jurídica Normativa (Legislação)	Emenda constitucional, Lei complementar, Medida provisória, Lei ordinária, Lei delegada e Decreto.
Informação Jurídica Interpretativa: (Jurisprudência)	Emenda, requerimento, recurso, parecer, representação popular, mensagem e substitutivo.

Fonte: elaboração própria

A partir da literatura, compreende-se que a área jurídica possui um amplo volume de informação bem como setores que produzem intensamente esse conhecimento, são eles o poder legislativo e judiciário. Por isso, é necessário que existam mecanismos que possam descrever e armazenar esse volume de informação, assim, o meio eletrônico pode ser visto como uma saída para essa atividade.

2.5.1 Documentação jurídica

De acordo com Atienza (1979, p. 19), Documentação Jurídica é:

A reunião, análise e indexação da doutrina, da legislação (leis, decretos, decretos-leis, atos, resoluções, portarias, projetos de leis, ordens internas, circulares, exposições de motivos, etc.) e da jurisprudência (acórdãos, recursos, decisões, etc.) e de todos os documentos relativos a atos normativos administrativos. (ATIENZA, 1979, p. 19)

Com isto, entende-se que a documentação jurídica lida com as atividades relacionadas à organização dessa informação de maneira que possa reuni-la e torná-la acessível aos seus usuários.

As três categorias básicas mais amplamente conhecidas que agrupam a Documentação Jurídica são: legislação, doutrina e jurisprudência.

2.5.1.1 Legislação

A legislação “é representada pelo conjunto das normas jurídicas propriamente ditas e, por extensão, da documentação referente ao processo de sua elaboração”. (MARQUES JÚNIOR, 1997, p. 165). Náufel (apud PASSOS, 1997, p. 366) define legislação como um "conjunto de normas jurídicas de caráter coercitivo sobre determinada matéria. Totalidade das leis de um Estado ou de determinado ramo do direito".

A legislação é um importante insumo para a produção tanto da jurisprudência quanto para a doutrina, pois principalmente a partir da lei é que os juristas produzem seus julgamentos e decisões. Os autores e acadêmicos da área compreendem e

produzem o entendimento científico e doutrinário do direito (ANDRETA, 2004). Acerca disso, Andreta (2004, p. 91) afirma que “as obras de legislação são, por excelência, componentes, básicos e obrigatórios em uma biblioteca jurídica, pois o conjunto de atos normativos é uma ferramenta básica dos juristas, no exercício legal de sua profissão”.

O material legislativo é produzido pelo Senado Federal e a Câmara dos Deputados (que formam o Congresso Nacional), pelas Câmaras Estaduais, a Câmara do Distrito Federal e as Câmaras Legislativas Municipais.

As normas que compõe a Legislação formam uma hierarquia. A constituição é a norma suprema do Brasil, assim qualquer lei que não obedecem à mesma é considerada inconstitucional. Com isso a documentação jurídica pautada na legislação é composta a partir dessas normas legislativas.

2.5.1.2 Doutrina

A doutrina é representada pelo conjunto da literatura técnica produzida por especialistas na área jurídica, publicada sob a forma de livros, teses, artigos de periódicos, trabalhos de congresso etc. (MARQUES JÚNIOR, 1997, p.166). Em uma definição semelhante, Plácido e Silva (apud Andreta, 2004, p. 84) definem doutrina como “o conjunto de princípios expostos nos livros de direito, em que se firmam teorias ou fazem interpretações sobre ciência jurídica”.

Essa documentação é geralmente produzida por autores e juristas com ampla experiência e carreira na área. Acerca dessa literatura, Passos (1997) afirma que:

Essa literatura, além de constituir espaço de análise, reflexão e discussão da legislação e da jurisprudência, apontando suas virtudes e imperfeições, tem também por objetivo facilitar a compreensão dos textos e documentos legais, servindo como embasamento teórico para a própria atuação jurídico-legislativa. (PASSOS, 1997, p. 166).

Silva (2010) destaca o fato de a doutrina englobar geralmente os livros e artigos de periódicos, o que faz com que a sua organização torne uma tarefa mais clara aos bibliotecários.

Assim, a Doutrina é uma área com uma maior familiaridade com os tratamentos biblioteconômicos, pois as estruturas dos seus documentos já são mais conhecidas bem como meios da representação descritiva. Além disso, percebe-se a atuação da doutrina como contribuinte para o desenvolvimento da literatura técnica.

2.5.1.3 Jurisprudência

A Jurisprudência é representada pelo conjunto das decisões judiciais em relação a determinado assunto ou emanadas de determinada corte ou instância de julgamento, bem como, por extensão, da documentação relativa ao processo de tomada dessas decisões. (MARQUES JÚNIOR, 1997, p. 166). De forma sintética, pode-se defini-la como “o hábito de interpretar e aplicar as leis aos fatos concretos, para que, assim, definam se as causas”. (PASSOS, 1994, p. 367).

Este ramo do Direito é criado ao longo da interpretação que se atribui às leis, podendo ser constituída a partir do conjunto de decisões judiciais sobre casos parecidos. Após quinze anos da definição anterior, Passos junto com Barros apresenta uma definição jurisprudência que também leva em conta a influência do conjunto de decisões semelhantes:

[...] entende-se por jurisprudência a sábia interpretação e aplicação das leis a todos os casos concretos que se submetam ao julgamento da justiça, ou seja, o conjunto de decisões reiteradas de juízes e tribunais sobre determinada tese jurídica, revelando o mesmo entendimento, orientando-se pelo mesmo critério e concluindo do mesmo modo. Em outras palavras, entende-se por jurisprudência o conjunto uniforme e constante das decisões judiciais sobre casos semelhantes. (PASSOS; BARROS, 2009, p. 70).

Segundo França (apud GUIMARÃES, 1993, p. 41), o termo jurisprudência é utilizado, na área do Direito, em diferentes âmbitos:

- a) ciência do Direito ou Dogmática jurídica;
- b) manifestação dos juriconsultos ante uma questão a eles apresentada;
- c) complexo de indagações, estudos e trabalhos, gerais e especiais, levados a efeito pelos juristas sem a preocupação de resolver imediatamente problemas concretos e atuais;
- d) massa geral de manifestações dos juízes e tribunais sobre lides e negócios submetidos à sua autoridade, as quais implicam uma técnica especializada e um rito próprio imposto por lei;
- e) conjunto de pronunciamentos, por parte de Poder judiciário, num determinado sentido, a respeito de certo objeto, de modo constante, reiterado e pacífico.

Para fins de organização recuperação da informação, é importante ressaltar os elementos que identificam o texto jurisprudencial. Guimarães (1993) destaca esses elementos, são eles a Ementa, Tribunal que a confere, Natureza do recurso, Número do Processo, Unidade da Federação, Turma que julgou o recurso, Relator e Data de Julgamento e Partes (Recorrente e Recorrido).

Percebe-se que a jurisprudência engloba informações que, quando reunida sobre um mesmo assunto são de importância para o entendimento da interpretação das leis. As definições apresentadas – retiradas de trabalhos na área da Informação e Documentação jurídica – demonstram a jurisprudência como a interpretação e aplicação das leis, bem como o conjunto das decisões judiciais geradas dessa atividade.

2.5.2 O meio eletrônico e a informação jurídica

A internet e os suportes de informação trouxeram inúmeras possibilidades para controlar e organizar toda a informação. A informação jurídica produz um grande volume de informação, por isso, Passos (1994, p. 364) destaca que “toda essa massa documental de informação jurídica seria apenas o ‘caos documental jurídico’, se não existissem mecanismos para controlar e recuperar a informação contida nos documentos”.

Silva e Furtado (s.d., p. 4) também chamam atenção: “Por conta da diversidade dos objetos digitais e do caos documentário desses recursos disponíveis na rede, procurou-se desenvolver métodos e modelos para sua organização que garantam uma padronização no fluxo da informação”.

A informática e seus avanços podem auxiliar e se tornarem um importante instrumento na organização dessas informações. Também sobre a necessidade de controle e sistematização desse tipo de informação, Passos e Barros (2009) afirmam que a informação jurídica é elemento importante para que se sejam alcançados os objetivos no âmbito jurídico. Por isso, as autoras afirmam a necessidade de uma sistematização desses dados, para a realização de um controle e um alcance dessas propostas sejam possíveis.

A pesquisa jurídica se desenvolveu, assim como os suportes e a tecnologia, pois o meio digital também aperfeiçoou o tempo de busca e recuperação dos registros de dados. Passos e Barros (2009, p. 112) apontam uma série de vantagens da pesquisa jurídica na internet:

Variedade e quantidade de material: na internet é possível localizar informações jurídicas sobre praticamente todos os assuntos;

Fontes confiáveis: apesar de os textos legais ainda não terem valor jurídico, é possível localizar textos de leis, jurisprudência e doutrina com certa facilidade.

Baixo custo: a pesquisa tem o custo infinitamente mais baixo do que em bases de dados por assinatura, mas não tem a confiabilidade nem as ferramentas de busca que uma base de dados possui;

Fácil acesso: para acessar a internet basta ter um computador e um provedor. Muitas bibliotecas e outras instituições oferecem acesso gratuito para o usuário. (PASSOS; BARROS, 2009, pg. 112).

Entretanto, existe uma série de dificuldades em recuperar essa informação, apontadas por Passos e Barros (2009, p.104), são elas:

- toda legislação sobre um determinado assunto
- normas de hierarquia inferior
- as legislações estaduais e municipais não estão, totalmente, em catálogos ou bases de dados; além disso, não existem bases de dados jurídicas que reúnem toda essa informação.
- pesquisas de Jurisprudência
- deficiências nas bases de dados (PASSOS E BARROS, 2009, p.104).

Como esforços para controlar a informação jurídica em meio eletrônico, podemos citar a base Sicon (Sistema de Informações do Congresso Nacional), vista como a pioneira na área e mantida pelo Senado Federal, foi iniciada em 1972, concentra a legislação federal, da hierarquia superior produzida desde 1946 além de atos selecionados que foram publicados até mesmo antes desse período, inclusive no Império (PASSOS, 2008). Também reunindo a legislação federal e histórica, pode-se mencionar a base de dados de legislação da Presidência da República.

Também para facilitar o acesso às legislações federais e estaduais, o portal do Interlegis, também produzido pelo Senado Federal, possui um conjunto de com todos os links de acesso das Legislações Estaduais, Federais, Municipais e apresenta os links para as jurisprudências dos Tribunais Superiores Sites Jurídicos e Revistas Jurídicas mais renomadas (INTERLEGIS...). Além disso, o Interlegis desenvolveu um programa de hospedagem disponibilizado no portal que oferece um software de apoio para a organização da matéria legislativa para várias Câmaras Municipais, sendo também denominado de Portal Modelo do Interlegis.

Outro produto disponível através do Interlegis é o portal especializado em informação legislativa e jurídica LEXML, que reúne:

[...] leis, decretos, acórdãos, súmulas, projetos de leis entre outros documentos das esferas federal, estadual e municipal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todo o Brasil: uma rede de informação legislativa e jurídica que organiza, integra e dá acesso às informações disponibilizadas nos diversos portais de órgãos do governo na Internet. (LexML...).

O LexML possui características interessantes, além do Portal ser visto proporcionar o “ acesso unificado às diversas fontes de informação legislativa e jurídica do governo” (LexML...), também realiza o controle de vocabulários dos conteúdos a serem preenchidos, se atenta a desenvolver um vocabulário controlado de autoridades e de assuntos. Quanto à indexação, ainda se encontra em estudo para a implementação futura da melhor forma de inserção da análise de assuntos dos registros.

A doutrina pode ser encontrada em meio eletrônico nas bibliotecas especializadas através das suas bibliotecas digitais e redes cooperativas. Entre essas bibliotecas, pode-se citar aquelas que perdessem aos órgãos legislativos e judiciários da hierarquia superior, algumas delas são: Biblioteca Digital do Supremo Tribunal Federal, Biblioteca Digital Câmara dos Deputados, Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF). Essas bibliotecas digitais possuem em comum a catalogação baseada na AACR2 e padronização nos descritores dos assuntos.

A Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional (RVBI) reúne recursos bibliográficos de quatorze bibliotecas da Administração Pública Federal e do governo do Distrito Federal, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário (REDE...). Apesar de a mesma produzir catálogos e produtos que remetem principalmente aos acervos físicos advindos dessas bibliotecas, essa rede pode ser uma amostra de como o meio eletrônico contribui para a organização da informação na área direito, uma vez que os recursos eletrônicos são indispensáveis para a construção de catálogos coletivos e divulgação da informação.

A jurisprudência produzida pelos tribunais superiores está disponível em bases de dados nos portais dos mesmos. Além disso, pode-se fazer uma busca unificada na Base de Jurisprudência Unificada – disponível no link <<http://www.jf.jus.br/juris/unificada/>> - que contém a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Supremo Tribunal Judiciário e dos Tribunais Regionais Federais.

Portanto, é visível a vasta produção da informação jurídica e sua disponibilização em meio eletrônico, entretanto, existem poucos trabalhos que tratam desse assunto na literatura brasileira.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da pesquisa

A caracterização da pesquisa teve como base a classificação das pesquisas científica propostas por Appolinário (2006), na qual considera seis dimensões:

natureza, finalidade, tipo, estratégia, temporalidade e o delineamento da pesquisa. Neste trabalho não serão considerados a temporalidade e o delineamento da pesquisa, pois essas duas dimensões não se aplicam ao estudo.

A pesquisa qualitativa estuda certos fenômenos através de uma análise subjetiva dos dados. Como aponta Michel (2009, p. 37), “nesta pesquisa, o pesquisador participa, compreende e interpreta os dados”. Assim, esse trabalho assume uma natureza preponderantemente qualitativa, pois serão abordadas e comparadas as bases de dados jurídicas, de forma a compreender como se dá a descrição bibliográfica dos itens dessa base.

Considerando a finalidade, esta pesquisa é básica, uma vez que não tem um objetivo comercial ou compromisso com a geração de retorno financeiro. Sua intenção é estudar certas características da informação jurídica em meio eletrônico.

Quanto ao tipo, é uma pesquisa descritiva, uma vez que serão descritas uma realidade, sem interferências na mesma. Segundo Michel (2009, p. 44):

A pesquisa descritiva se propõe a verificar e explicar problemas, fatos ou fenômenos da vida real, com a precisão possível, observando e fazendo relações, conexões, à luz da influência que o ambiente exerce sobre eles [...]. Está relacionada diretamente com a pesquisa qualitativa, na medida em que, levanta, interpreta, e discute fatos e situações. (MICHEL, 2009, p. 44).

Em relação ao local de coleta de dados, é adotada pesquisa de campo, pois essa estratégia é utilizada quando os dados não podem ser coletados em um local no qual o pesquisador não possui um controle rígido desse ambiente.

A estratégia de pesquisa em relação às fontes de informação adotada é a pesquisa documental, na qual a unidade observacional é o documento: especificamente os registros das bases de dados de jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral do LexML. Também apresenta uma revisão bibliográfica na qual serão buscadas informações na literatura que auxiliem na compreensão dos temas abordados. Acerca da pesquisa bibliográfica, Cervo e Bervian (2004) destacam o

fato de esse tipo pesquisa ser parte dos estudos qualitativos e também existir em estudos quantitativos:

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. (SERVO E BERVIAN, 2004, p.65).

Portanto, em linhas gerais, esta pesquisa será descritiva documental básica, de natureza preponderantemente qualitativa.

3.2 Plano da pesquisa

A partir do levantamento realizado para identificar as principais fontes de informação jurídica em meio eletrônico, foram apontadas bases de dados e bibliotecas digitais que tratam da legislação, doutrina e jurisprudência dos órgãos da hierarquia superior. Além disso, foram levantadas bases de dados com as legislações dos 26 estados e Distrito Federal.

Desse universo levantado, optou-se por escolher uma base de jurisprudência e a LexML¹ para a extração e comparação de registros.

A de jurisprudência foi escolhida pois apesar de cada tribunal desenvolver seus próprios mecanismos de disposição e apresentação da informação em suas bases, o princípio da organização e representação descritiva são os mesmos. Percebemos isso ao observar os campos de busca e a forma de apresentação dos resultados nos catálogos, pois os existem vários campos utilizados em comum em todas as instituições para representação dos itens.

¹Tratada na sessão 2.5.2 na revisão da literatura

A base LexML foi escolhida para a comparação porque possui características de tratamentos da informação mais próximas dos tratamentos biblioteconômicos, como uma certa atenção com a padronização, a presença de um certo controle de autoridade e a utilização do modelo conceitual FRBR para a organização dos registros.

Desse modo, podemos cotejar os objetivos específicos com os métodos e procedimentos adotados, como se vê no quadro a seguir:

Quadro 5 : relação dos objetivos específicos com os procedimentos metodológicos

Objetivos específicos	Fontes de coleta de dados	Método empregado
Identificar as características da informação jurídica;	Literatura especializada da área: bibliografias, livros, artigos científicos e anais de congresso.	Pesquisa bibliográfica; objetivo tratado na revisão da literatura.
Descrever os principais padrões de metadados apresentados na literatura brasileira;	Literatura especializada da área: bibliografias, livros, artigos científicos e anais de congresso.	Pesquisa bibliográfica; objetivo tratado na revisão da literatura.
Identificar as principais fontes de informação jurídica em meio eletrônico;	Portais especializados com links para as fontes e mecanismos de busca na internet.	Pesquisa descritiva
Comparar registros da área de jurisprudência a fim de identificar semelhanças e diferenças na representação descritiva dos mesmos.	Base de Jurisprudência do TSE e o Portal LexML.	Pesquisa descritiva; Técnica de coleta de dados: amostra não-aleatória, baseada no conhecimento prévio do autor na área.

A seguir, são apresentados os quadros com essas fontes de informação jurídicas levantadas.

Quadro 6: Fontes de informação jurídicas eletrônica em Legislação

Base	Link e textos retirados da própria base
Base SICON Senado Federal	<p>“Pioneira, pois foi iniciada em 1972, é mantida pelo Senado Federal. Traz a legislação federal de hierarquia superior, desde 1946. Inclui alguns atos selecionados publicados antes de 1946, até mesmo do Império.” (fonte: guia da Edilenice)</p> <p>Link: http://legis.senado.gov.br/sicon/</p>
Base de Dados de Legislação da Presidência da República	<p>“É uma base de dados que reúne atos de hierarquia superior, da legislação federal brasileira, cuja área de abrangência vai desde a proclamação da República em 1889 até hoje, sendo constantemente atualizada e mantida pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.</p> <p>As referências da legislação do Império, desde 1808, encontram-se em fase de complementação.</p> <p>O texto integral de parte das normas referidas na base de dados pode ser obtido por meio de <i>link</i>.</p> <p>O acesso à base de dados é feito por meio de formulário de pesquisa, havendo dois tipos: Pesquisa Simplificada e Pesquisa Avançada. Na busca é possível recuperar a informação relativa aos atos por qualquer dos seguintes campos: termos (qualquer palavra em qualquer campo), identificação do ato (tipo, número, data), período, ementa e/ou assunto.</p> <p>Vale ressaltar que este é um serviço que a Presidência da República torna disponível ao cidadão, com o intuito de facilitar o acesso à legislação federal brasileira, contribuindo, assim, para a divulgação do ordenamento jurídico pátrio”</p> <p>Link: http://www4.planalto.gov.br/legislacao</p>
Interlegis (Senado Federal)	<p>“O Interlegis é um programa desenvolvido pelo Senado Federal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de modernização e integração do Poder Legislativo nos seus níveis federal, estadual e municipal e de promoção da maior transparência e interação desse Poder com a sociedade. Os meios utilizados são as novas tecnologias de informação (Internet, videoconferência e transmissão de dados), que permitem a comunicação e a troca de experiências entre as Casas Legislativas e os legisladores e entre o Poder Legislativo e o público, visando aumentar a participação da população no processo legislativo. Mais de 3 mil Câmaras Municipais já receberam computadores e impressoras do Programa para se ligarem à Internet, usarem o correio eletrônico e colocarem suas informações à disposição dos internautas. Todas as assembleias estaduais passaram a contar com salas de multiuso (20 computadores em rede) e salas de videoconferência totalmente equipadas.”</p> <p>Link: http://www.interlegis.leg.br/informacao</p>

Quadro 7: Fontes de informação jurídicas eletrônica em Doutrina

Base de dados e Biblioteca Digital	Link e textos retirados da própria base/ biblioteca digital
Biblioteca Digital do Supremo Tribunal Federal	<p>“A Biblioteca Digital é um sistema informatizado que disponibiliza, em meio digital, documentos de diversas áreas do Supremo Tribunal Federal de interesse da sociedade. As informações são apresentadas em diferentes suportes, como livros, fotografias, bustos, peças de museu, processos históricos, entrevistas, áudios e vídeos da TV e da Rádio Justiça, e outros. O sistema de pesquisa da Biblioteca Digital estabelece relações de conteúdo, assunto e autoria a partir do mesmo argumento de pesquisa, logo permite simultaneamente, por exemplo, o acesso a processos da Seção de Arquivo, fotografias e bustos da Seção de Memória Institucional, livros da Biblioteca e páginas da internet. Atualmente, estão disponíveis cinco coleções: Obras Completas de Rui Barbosa, Obras Raras, Domínio Público, Publicações Institucionais e Produção Intelectual de Ministros e Servidores.”</p> <p>Link:http://www.stf.jus.br/portal/biblioteca/pesquisarBibliotecaDigital.asp</p>
Biblioteca Digital Câmara dos Deputados	<p>Link:http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/190</p>
Rede RVBI	<p>“A Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI é uma rede cooperativa de bibliotecas, coordenada pela Biblioteca do Senado Federal, que agrega recursos bibliográficos, materiais e humanos de quatorze bibliotecas da Administração Pública Federal e do governo do Distrito Federal, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com o objetivo de atender às demandas de informações bibliográficas de seus órgãos mantenedores.</p> <p>O acervo registrado na base de dados bibliográfica da RVBI tem como prioridade temática a área do Direito, especificamente doutrina, mas abrange, também, outras áreas das Ciências Humanas e Sociais. Cada Biblioteca da Rede possui uma base administrativa com os dados particulares de sua coleção, usuários, fornecedores, etc.</p> <p>Essas bases, por sua vez, se compõem de vários registros interrelacionados e organizados de forma a atender às necessidades de informação dos usuários e a promover o intercâmbio e a interação dessas informações.”</p> <p>Link:http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/rvbi/rvbi.asp</p>

<p>Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF)</p>	<p>"Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF). A BDSF armazena, preserva, divulga e dá acesso, em formato digital, a mais de 226 mil documentos* de interesse do Poder Legislativo, propiciando segurança e preservação da informação, maior visibilidade na Internet, maior rastreabilidade em mecanismos de busca e rápida disseminação do conhecimento.</p> <p>O acervo digital é variado, dividindo-se entre livros, obras raras, artigos de revista, notícias de jornal, produção intelectual de senadores e servidores do Senado Federal, legislação em texto e áudio, entre outros documentos.</p> <p>As obras publicadas na BDSF são de domínio público ou possuem direitos autorais cedidos pelos proprietários, possibilitando acesso e download gratuitos das obras."</p> <p>Link:http://www2.senado.gov.br/bdsf/</p>
--	---

Quadro 8: Bases de dados da informação jurídica em Jurisprudência

Base	Link e textos retirados da própria base/ Biblioteca digital
Base de dados de Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	Link: http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/pesquisa-de-jurisprudencia
Base de dados de Jurisprudência do Supremo Tribunal Militar	Link: http://www.stm.gov.br/pesquisa/a_novajuri.php
Base de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	Link: http://www.stj.gov.br/SCON/
Base de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF.	Link: http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp
Base de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST)	Link: http://www.tst.jus.br/jurisprudencia http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/
Base de Jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU)	Link: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/jurisprudencia
Base de Jurisprudência Unificada	Link: http://www.jf.jus.br/juris/unificada/
Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF	“O SINJ-DF contempla prioritariamente os atos normativos distritais, Ação Direta de Inconstitucionalidade e ainda conta com o texto integral dos Diários Oficiais do Distrito Federal a partir de outubro de 2001”. Link: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Pesquisas.aspx

Para o levantamento das legislações estaduais, foi usada principalmente as informações acerca dos endereços das legislações estaduais do Portal da Presidência da República (colocar endereço), alguns links estavam desatualizados, por isso, recorreu-se aos portais de busca da internet para a localização dos links atualizados.

Quadro 9: Bases de Dados de Legislações estaduais

Estado	Link para a base
Acre	http://www.aleac.net/legislacao_estadual?field_tipo_value_many_to_one[ordinaria]=ordinaria&field_numero_diario_oficial_value
Alagoas	http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/busca-avancada
Amapá	http://www.al.ap.gov.br/pagina2.php?pg=buscar_legislacao&especie_documento=12
Amazonas	http://www.aleam.gov.br/ALegislacao.asp
Bahia	http://www.legislabahia.ba.gov.br/ Obs: esta legislação não está em uma base de dados, mas organizada em vários links arquivos divididos por datas.
Ceará	http://www.al.ce.gov.br/legislativo/leis.php
Espírito Santo	http://www.al.es.gov.br/portal/
Distrito Federal	http://www.cl.df.gov.br/web/quest/leis-distritais
Goiás	http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/buscando2.php
Maranhão	http://www.al.ma.gov.br/ged/
Mato Grosso	http://www.sefaz.mt.gov.br/spl/porta/paginalegislacao
Mato Grosso do Sul	http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf
Minas Gerais	http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/index.html
Pará	http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/bleis.php
Paraíba	http://www.al.pb.gov.br/sgdd/
Paraná	http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/entradaSite.do?action=iniciarProcesso
Pernambuco	http://legis.alepe.pe.gov.br/default.aspx
Piauí	http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/consulta
Rio de Janeiro	http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm

Rio Grande do Norte	http://www.gabinetecivil.m.gov.br/acess/legislacao.asp
Rio Grande do Sul	http://www.al.rs.gov.br/legislativo/Legisla%C3%A7%C3%A3oEstadual.aspx
Rondônia	http://www.ale.ro.gov.br/
Roraima	http://www.servidor.rr.gov.br/bancodeleis/
Santa Catarina	http://200.192.66.20/ALESC/PesquisaDocumentos.asp
São Paulo	http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/index.htm
Sergipe	http://www.al.se.gov.br/legislacao_estadual.asp
Tocantins	http://www.al.to.gov.br/legislacao.swd

3.3 Considerações sobre o levantamento das fontes de informação jurídica em legislação, doutrina e jurisprudência

A partir do levantamento realizado para a identificação das principais bases de dados de legislação, jurisprudência e doutrina percebeu-se que cada área possui um nível de organização e descrição da informação diferentes.

A Base SICON Senado Federal contém a Legislação Federal, Agência Senado, Bibliotecas da Rede RVBI, Constituinte, Discursos dos Senadores, Matérias com tramitação no Senado, Recortes de Jornais e Repositório de Documentos Legislativos.

A Base de Dados de Legislação da Presidência da República base contém a Legislação Federal. Também apresenta a legislação histórica dividida nos seguintes links: Constituições anteriores, Leis do Império, Decretos do Império, Decretos da República Velha, Decretos do, Conselho de Ministros, Decretos do Poder Legislativo, Atos Institucionais. Possui os seguintes campos nos registros: Emenda, Situação, Chefe de Governo, Origem, Fonte, Link, Referenda, Alteração, Correlação, Interpretação, Veto, Assunto, Classificação de Direito e Observação.

O portal Interlegis possui um conjunto com todos os links de acesso das Legislações Estaduais, Federais, Municipais. Também possui os links para as jurisprudência dos Tribunais Superiores Sites Jurídicos e Revistas Jurídicas. Existem Câmaras Municipais que utilizam hospedagem do Portal Modelo no Interlegis, esse portal oferece um software que serve de apoio para a organização da matéria legislativa de legislações municipais.

Em relação às legislações estaduais, cada estado de acordo com aspectos próprios e às vezes até aparentemente intuitivos colocam essas informações em uma base e disponibilizam em um portal de maneiras distintas. E estados que nem sequer disponibilizaram essa informação com padrões de descrição e recuperação claros, fazendo com que usuário precise do nome do documento requerido exato em mãos, caso contrário, fica difícil de localizá-lo. Quanto às legislações municipais existem bases bem organizadas, como as Câmaras Municipais que utilizam hospedagem de dados do modelo disponibilizado pelo Interlegis, esse portal oferece um software que serve de apoio para a organização da matéria legislativa.

A doutrina disponível em formato eletrônico nas fontes (como livros e obras raras digitalizadas, e-books, anais de congresso na área de direito em formato eletrônico, artigos de periódicos, entre outros) está organizada em bibliotecas digitais. Essa área é a mais avançada em relação à representação descritiva de acordo com o tratamento biblioteconômico, pois são organizadas pelas próprias de bibliotecas especializadas dos órgãos dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Assim, percebeu-se a existência principalmente do Código de Catalogação Anglo-Americano, a padronização de autoridades e a utilização de padrões de metadados como o Dublin Core e o MARC21.

Na Biblioteca Digital do Supremo Tribunal Federal, Biblioteca Digital Câmara dos Deputados e Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF) é nítido o tratamento biblioteconômico dado aos registros, existem campos previamente definidos, a sua catalogação está baseada na AACR2 e os descritores dos assuntos são padronizados.

Na Jurisprudência, apesar de cada tribunal desenvolver seus próprios mecanismos de disposição e apresentação da informação em suas bases, o princípio da organização e representação descritiva são os mesmos. Percebemos isso observando os campos de busca bem como a forma de apresentação dos resultados nos catálogos, pois os existem vários campos utilizados em comum em todas as instituições para representação dos itens.

Nas Bases de dados de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) possuem muitas opções de campos de pesquisa e os resultados mostram registros com uma descrição bem detalhada, esta última também inclui o link para o acesso desse documento também na base LexML.

A Base de Jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) possui opções de buscas por várias facetas, interface bem amigável e intuitiva. Diferente das outras bases dos tribunais superiores, possui medidas de segurança na qual possui um tempo previamente definido para seu acesso.

A Base de Jurisprudência Unificada é administrada pelo o Portal da Justiça Federal, possui a jurisprudência do STF, STJ, TRFs.

Existem diversas fontes de informação jurídica em meio eletrônico, bem como esforços de diversas instituições públicas em disponibilizar toda essa informação, cada área da informação jurídica, seja ela legislação, doutrina e jurisprudência é tratada e organizada de acordo com as suas especificidades. Percebeu-se ainda a presença predominante de bibliotecas digitais e bases de dados como “locais” mais utilizados na organização da informação jurídica eletrônica nas fontes pesquisadas.

3.4 Procedimentos para seleção e análise dos registros

A seleção de registros para a análise baseou-se no conhecimento prévio da autora desse trabalho e priorizou registros mais recentes e com maior número de campos preenchidos, ou seja, com o registro descrito mais completo o possível.

Assim a amostra se caracteriza como não aleatória e intencional baseada no conhecimento prévio da área.

Para a busca dos registros, optou-se por realizar primeiramente a pesquisa na base de jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral. Utilizou-se o termo “casa”, extraído do vocábulo controlado desse órgão. Foram recuperados 125 registros, destes, foram selecionados três registros (mas especificamente, decisões jurisprudenciais). O próximo passo foi realização da pesquisa no LexML para a localização destes mesmo registros. Com isto, foram construídos os quadros comparativos² com os pares da mesma decisão jurisprudencial descrita no TSE e no LexML, mesmo que seus campos e suas descrições possam ser preenchidos de forma diferente, apesar dos conteúdos e tipos de informação desses registros selecionados serem os mesmos.

Para a construção desses quadros comparativos, foram consideradas as informações apresentadas em comum nos registros do TSE e do LexML, mesmo que seus campos e suas descrições possam ser preenchidos de forma diferente. Para cada par de registros, foram criados dois quadros comparativos, um com os dados distribuídos de acordo com as áreas da ISBD³, mesma normativa que reestrutura a ACCR2, e o outro com a distribuição feita a partir das informações em comum entre os registros divididos pelos seguintes campos estipulado pelo autor desse trabalho⁴: título, órgão de origem, relatores, dados da publicação, notas – ementa.

²Exposto na sessão 4 deste trabalho.

³ Tratado na revisão da literatura, sessão 2.1.1.

⁴ Os campos foram escolhidos pelo autor deste trabalho, a partir do nome dos campos utilizados nas bases selecionadas. Optou-se por utilizar os nomes “órgão de origem e relatores” para os campos relativo as autoridades (em vez do termo ‘autoridade’ utilizado no LexML) para explicitar a existência dessas duas autoridades.

4 ANÁLISE DOS REGISTROS SELECIONADOS

A seguir, são apresentados os registros selecionados para análise, são três conjuntos dos registros extraídos nas bases selecionadas. Os registros selecionados foram: Recurso Especial Eleitoral nº 32507, 06/09/2012; Representação nº 149442 - 21/06/2012 e Habeas Corpus nº 21147 - 28/06/2011. Logo após de cada registro, são apresentados os quadros comparativos entre das informações apresentadas em comum nos registros do TSE e do LexML.

Conforme apresentado na metodologia (sessão 3.4, Procedimentos para seleção e análise dos registros, para a composição dos quadros comparativos foram consideradas as informações apresentadas em comum, mesmo que seus campos e suas descrições possam ser preenchidos de forma diferente, apesar dos conteúdos e tipos de informação desses registros selecionados serem os mesmos. Para cada par de registros, foram criados dois quadros comparativos, um com os dados distribuídos de acordo com as áreas da ISBD⁵, que como dito na revisão da literatura é a norma que estrutura as áreas de descrição bibliográfica da AACR2, e o outro com a distribuição feita a partir das informações em comum entre os registros.

⁵ Tratado na revisão da literatura, sessão 3.4.

Quadro 10: Registro TSE Recurso Especial Eleitoral nº 32507, 06/09/2012

Documento 1	<p>325-07.2012.605.0066</p> <p>REspe - Recurso Especial Eleitoral nº 32507 - Casa Nova/BA</p> <p>Acórdão de 06/09/2012</p> <p>Relator (a) Min. MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO</p> <p>Relator (a) designado (a) Min. JOSÉ ANTÔNIO DIAS TOFFOLI</p> <p>Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 06/09/2012</p>
Ementa	<p>RECURSO ESPECIAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. 2008. JULGADAS NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO.</p> <p>1. Contas julgadas como não prestadas impedem a obtenção da quitação eleitoral durante o curso do mandato.</p> <p>2. Recurso especial desprovido.</p>
Decisão	O Tribunal, por maioria, desproveu o recurso, nos termos do voto do Ministro Dias Toffoli, que redigirá o acórdão. Vencido o Ministro Marco Aurélio.
Indexação	<p>(E), Falta, (IJ), pressuposto de admissibilidade, recurso especial, prequestionamento, (F), alegações, parte processual, cerceamento de defesa, inépcia da petição inicial, (A), ausência, debate, matéria, tribunal a quo.</p> <p>(E), Falta, (IJ), condição de elegibilidade, quitação eleitoral, (F), apresentação, prestação de contas de campanha eleitoral, posterioridade, trânsito em julgado, decisão, julgamento, inexistência, apresentação, contas, (A), ausência, obtenção, certidão de quitação eleitoral, período, mandato eletivo. (ICB)</p>
Voto Vencido	(E), Cumprimento, (IJ), condição de elegibilidade, quitação eleitoral, (A), ausência, previsão, legal, necessidade, observação, princípio da razoabilidade, aplicação, ausência, quitação, eleições, período subsequente.

Catálogo	El0228 : Matéria Processual - Pressuposto De Admissibilidade - Recurso Especial El0223 : Eleitor - Quitação Eleitoral
Decisões no mesmo sentido	Sucessivo: RESPE Nº: 44888 (REspe) - SP, AC. DE 06/09/2012, Rel.: MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO, Rel. designado: JOSÉ ANTÔNIO DIAS TOFFOLI <u>Inteiro Teor</u> Sucessivo: RESPE Nº: 16877 (AgR-REspe) - SC, AC. DE 18/10/2012, Rel.: LUCIANA CHRISTINA GUIMARÃES LÓSSIO <u>Inteiro Teor</u>

Quadro 11: Registro LexML Recurso Especial Eleitoral nº 32507, 06/09/2012

Localidade	Brasil
Autoridade	Tribunal Superior Eleitoral. Plenário
Título	Acórdão RESpe de 06/09/2012 (Processo RESPE nº 32507)
Data	06/09/2012
Ementa	RECURSO ESPECIAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. 2008. JULGADAS NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO. 1. Contas julgadas como não prestadas impedem a obtenção da quitação eleitoral durante o curso do mandato. 2. Recurso especial desprovido.
Nome Uniforme⁶	urn:lex:br:tribunal.superior.eleitoral;plenario:acordao;respe:2012-09-06;respe-32507
Mais detalhes	Tribunal Superior Eleitoral (text/html)
Outras Publicações:	Publicação Original 2012-09-06 Tribunal Superior Eleitoral (image/tiff)
Links para esta página	HTML (só texto) Acordo RESpe de 06/09/2012 (Processo RESPE n 32507) HTML (com imagem) Acordo RESpe de 06/09/2012 (Processo RESPE n 32507)

⁶ Chamado de nomes uniformes de recursos - *Uniform Resource Names*, os *URNs*, são um sistema de identificação que atribuem aos recursos digitais identificadores unívocos e persistentes. No LexML, esse nome uniforme é utilizado “como instrumento para representar as referências (e, mais genericamente, quaisquer tipos de relações) entre os documentos, com a finalidade de tornar disponível um ambiente hipertextual global sobre os recursos de informação, operacional em um ambiente distribuído”(LEXML...). Assim, a LexML atribui um nome uniforme a um registro a fim de obter a localização do documento correspondente na rede existente no LexML. A documentação disponível no próprio portal (<http://projeto.lexml.gov.br>) detalha como se dá o uso desses URNs no LexML.

Quadro 12: Comparativo do registro Recurso Especial Eleitoral nº 32507, 06/09/2012 com os dados distribuídos de acordo com as áreas da ISBD

Áreas ISBD		Registro LexML	Registro TSE
Área de título e responsabilidade	Título	Acórdão REspe de 06/09/2012 (Processo RESPE nº 32507)	REspe - Recurso Especial Eleitoral nº 32507 - Casa Nova/BA
	Responsabilidade	Tribunal Superior Eleitoral. Plenário.	Não tem nome padronizado do órgão. Cita os relatores do processo. Relator (a) Min. MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO Relator (a) designado (a) Min. JOSÉ ANTÔNIO DIAS TOFFOLI
Área dos detalhes específicos do material		Não se aplica	Não se aplica
Área de edição		Não se aplica	Não se aplica
Área de publicação		06/09/2012 Publicação Original: 2013-02-01 Diário da Justiça Eletrônico: 01/02/2013.	Acórdão de 06/09/2012 PSESS - Publicado em Sessão, Data 06/09/2012
Área de descrição física		Não se aplica	Não se aplica
Área da série		Não se aplica	Não se aplica
Área de notas		Não se aplica	Não se aplica
Área do número normalizado		Não se aplica	Não se aplica

Quadro 13: Comparativo do registro Recurso Especial Eleitoral nº 32507, 06/09/2012 com os dados distribuídos de acordo com os campos em comum.

	LexML	Base de Jurisprudência TSE
Título	Acórdão REspe de 06/09/2012 (Processo RESPE nº 32507)	REspe - Recurso Especial Eleitoral nº 32507 - Casa Nova/BA
Autoridade	Tribunal Superior Eleitoral. Plenário.	Não tem nome padronizado do órgão. Cita os relatores do processo.
Relatores	Não cita os relatores do processo.	Relator (a) Min. MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO Relator (a) designado (a) Min. JOSÉ ANTÔNIO DIAS TOFFOLI
Dados da publicação	06/09/2012 Publicação Original: 2013-02-01 Diário da Justiça Eletrônico: 01/02/2013.	Acórdão de 06/09/2012 PSESS - Publicado em Sessão, Data 06/09/2012
Notas - Ementa	RECURSO ESPECIAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. 2008. JULGADAS NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO. 1. Contas julgadas como não prestadas impedem a obtenção da quitação eleitoral durante o curso do mandato. 2. Recurso especial desprovido.	RECURSO ESPECIAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. 2008. JULGADAS NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO. 1. Contas julgadas como não prestadas impedem a obtenção da quitação eleitoral durante o curso do mandato. 2. Recurso especial desprovido.

Quadro 14: Registro TSE Representação nº 149442 - 21/06/2012

Documento 1	<p>1494-42.2010.600.0000</p> <p>Rp - Representação nº 149442 - Brasília/DF</p> <p>Acórdão de 21/06/2012</p> <p>Relator(a) Min. FÁTIMA NANCY ANDRIGHI</p> <p>Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 160, Data 21/08/2012, Página 36-37</p>
Ementa	<p>REPRESENTAÇÃO. ELEIÇÕES 2010. PRESIDENTE DA REPÚBLICA. PROPAGANDA ANTECIPADA. DISCURSO. SENADOR. TRIBUNA DO SENADO FEDERAL. IMUNIDADE PARLAMENTAR MATERIAL. ART. 53, CAPUT, DA CF/88. INCIDÊNCIA. ART. 36-A, IV, DA LEI 9.504/97. CONSTITUCIONALIDADE.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O art. 53, caput, da CF/88 assegura aos deputados federais e senadores imunidade material, nas searas cível e penal, no que se refere a quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, com o objetivo de preservar sua liberdade de expressão no desempenho do mandato. 2. As manifestações externadas no recinto do Congresso Nacional são protegidas pela imunidade parlamentar material de forma absoluta, independentemente de guardarem conexão com o mandato ou de terem sido proferidas em razão deste. Precedentes do STF. 3. Na espécie, o discurso, datado de 9.4.2010, foi realizado da tribuna do Senado Federal, razão pela qual o representado - Senador da República - estava resguardado pela inviolabilidade absoluta, ainda que a TV Senado tenha transmitido o evento. 4. Eventual abuso praticado pelos congressistas no desempenho de suas prerrogativas poderá ser coibido pela própria casa legislativa, nos termos do art. 55, II, § 1º, da CF/88. Ademais, os terceiros que reproduzirem as declarações dos congressistas estarão sujeitos, em tese e conforme o caso, às sanções previstas na legislação de regência (arts. 36-A e 45 da Lei 9.504/97 e art. 22 da LC 64/90). 5. Deve-se interpretar o art. 36-A, IV, da Lei 9.504/97 conforme a Constituição Federal, para estabelecer sua inaplicabilidade aos parlamentares quanto aos pronunciamentos realizados no âmbito da respectiva casa legislativa. 6. Representação julgada improcedente.

Decisão	O Tribunal, por maioria, julgou improcedente a representação, nos termos do voto da Relatora. Vencidos os Ministros Marco Aurélio, integralmente, e Dias Toffoli, quanto à preliminar.
Indexação	Aguardando indexação.
Voto Vencido	(E), Cumprimento, (IJ), condição de elegibilidade, quitação eleitoral, (A), ausência, previsão, legal, necessidade, observação, princípio da razoabilidade, aplicação, ausência, quitação, eleições, período subsequente.
Referência legislativa	<p>Leg.: Federal Constituicao Federal Nº.: 1988 Ano: 1988 (Cfd - Constituicao Federal Democratica) Art.: 53 Art.: 55 - Par.: 1 Art.: 55 - Inc.: 2</p> <p>Leg.: Federal Lei Ordinaria Nº.: 9504 Ano: 1997 (Lei - Lei Eleitoral - Normas Para As Eleicoes) Art.: 36a - Inc.: 4 Art.: 45</p> <p>Leg.: Federal Lei Complementar Nº.: 64 Ano: 1990 (Lc - Lei De Inelegibilidades) Art.: 22</p>
Observação	(16 fls.)

Quadro 15: Registro LexML Representação nº 149442 - 21/06/2012

Localidade	Brasil
Autoridade	Tribunal Superior Eleitoral. Plenário
Título	Acórdão Rp de 21/06/2012 (Processo RP nº 149442)
Data	21/06/2012
Ementa	<p>REPRESENTAÇÃO. ELEIÇÕES 2010. PRESIDENTE DA REPÚBLICA. PROPAGANDA ANTECIPADA. DISCURSO. SENADOR. TRIBUNA DO SENADO FEDERAL. IMUNIDADE PARLAMENTAR MATERIAL. ART. 53, CAPUT, DA CF/88. INCIDÊNCIA. ART. 36-A, IV, DA LEI 9.504/97. CONSTITUCIONALIDADE.</p> <p>1. O art. 53, caput, da CF/88 assegura aos deputados federais e senadores imunidade material, nas searas cível e penal, no que se refere a quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, com o objetivo de preservar sua liberdade de expressão no desempenho do mandato.</p> <p>2. As manifestações externadas no recinto do Congresso Nacional são protegidas pela imunidade parlamentar material de forma absoluta, independentemente de guardarem conexão com o mandato ou de terem sido proferidas em razão deste. Precedentes do STF.</p> <p>3. Na espécie, o discurso, datado de 9.4.2010, foi realizado da tribuna do Senado Federal, razão pela qual o representado - Senador da República - estava resguardado pela inviolabilidade absoluta, ainda que a TV Senado tenha transmitido o evento.</p> <p>4. Eventual abuso praticado pelos congressistas no desempenho de suas prerrogativas poderá ser coibido pela própria casa legislativa, nos termos do art. 55, II, § 1º, da CF/88. Ademais, os terceiros que reproduzirem as declarações dos congressistas estarão sujeitos, em tese e conforme o caso, às sanções previstas na legislação de regência (arts. 36-A e 45 da Lei 9.504/97 e art. 22 da LC 64/90).</p> <p>5. Deve-se interpretar o art. 36-A, IV, da Lei 9.504/97 conforme a Constituição Federal, para estabelecer sua inaplicabilidade aos parlamentares quanto aos pronunciamentos realizados no âmbito da respectiva casa legislativa.</p> <p>6. Representação julgada improcedente.</p>
Nome Uniforme	urn:lex:br:tribunal.superior.eleitoral;plenario:acordao;rp:2012-06-21;rp-149442

Mais detalhes	Tribunal Superior Eleitoral (text/html)
Outras Publicações:	Publicação Original 2012-08-21 Diário da Justiça Eletrônico. 21/08/2012. p. 36 Outras publicações: 2012-06-21 Tribunal Superior Eleitoral (image/tiff) (Ver esse campo)

Quadro 16: Comparativo com do registro Representação nº 149442 - 21/06/2012, a partir das áreas da ISBD

Áreas ISBD		Registro LexML	Registro TSE
Área de título e responsabilidade	Título	Acórdão Rp de 21/06/2012 (Processo RP nº 149442)	Rp - Representação nº 149442 - Brasília/DF
	Responsabilidade	Tribunal Superior Eleitoral. Plenário.	Não tem nome padronizado do órgão. Cita o relator do processo. Relator(a) Min. FÁTIMA NANCY ANDRIGHI
Área dos detalhes específicos do material		Não colocam essa informação	Não colocam essa informação
Área de edição		Não se aplica	Não se aplica
Área de publicação		Publicação Original: 2012-08-21 Diário da Justiça Eletrônico. 21/08/2012. p. 36	Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 160, Data 21/08/2012, Página 36-37
Área de descrição física		Não colocam essa informação	(16 fls.)
Área da série		Não colocam essa informação	Não colocam essa informação
Área de notas		Não colocam essa informação	Não colocam essa informação

Quadro 17: Comparativo do registro Representação nº 149442 - 21/06/2012, os dados distribuídos de acordo com os campos em comum

	LexML	Base de Jurisprudência TSE
Título	Acórdão Rp de 21/06/2012 (Processo RP nº 149442)	Rp - Representação nº 149442 - Brasília/DF
Autoridade	Tribunal Superior Eleitoral. Plenário.	Não tem nome padronizado do órgão. Cita os relatores do processo.
Relatores	Não cita os relatores do processo.	Não tem nome padronizado do órgão. Cita o relator do processo. Relator(a) Min. FÁTIMA NANCY ANDRIGHI
Dados da publicação	Publicação Original: 2012-08-21 Diário da Justiça Eletrônico. 21/08/2012. p. 36.	Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 160, Data 21/08/2012, Página 36-37
Notas - Ementa	REPRESENTAÇÃO. ELEIÇÕES 2010. PRESIDENTE DA REPÚBLICA. PROPAGANDA ANTECIPADA. DISCURSO. SENADOR. TRIBUNA DO SENADO FEDERAL. IMUNIDADE PARLAMENTAR MATERIAL. ART. 53, CAPUT, DA CF/88. INCIDÊNCIA. ART. 36-A, IV, DA LEI 9.504/97. CONSTITUCIONALIDADE. 1. O art. 53, caput, da CF/88 assegura aos deputados federais e senadores imunidade material, nas searas cível e penal, no que se refere a quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, com o objetivo de preservar sua liberdade de expressão no desempenho	REPRESENTAÇÃO. ELEIÇÕES 2010. PRESIDENTE DA REPÚBLICA. PROPAGANDA ANTECIPADA. DISCURSO. SENADOR. TRIBUNA DO SENADO FEDERAL. IMUNIDADE PARLAMENTAR MATERIAL. ART. 53, CAPUT, DA CF/88. INCIDÊNCIA. ART. 36-A, IV, DA LEI 9.504/97. CONSTITUCIONALIDADE. 1. O art. 53, caput, da CF/88 assegura aos deputados federais e senadores imunidade material, nas searas cível e penal, no que se refere a quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, com o objetivo de preservar sua liberdade de expressão no desempenho

	<p>do mandato.</p> <p>2. As manifestações externadas no recinto do Congresso Nacional são protegidas pela imunidade parlamentar material de forma absoluta, independentemente de guardarem conexão com o mandato ou de terem sido proferidas em razão deste. Precedentes do STF.</p> <p>3. Na espécie, o discurso, datado de 9.4.2010, foi realizado da tribuna do Senado Federal, razão pela qual o representado - Senador da República - estava resguardado pela inviolabilidade absoluta, ainda que a TV Senado tenha transmitido o evento.</p> <p>4. Eventual abuso praticado pelos congressistas no desempenho de suas prerrogativas poderá ser coibido pela própria casa legislativa, nos termos do art. 55, II, § 1º, da CF/88. Ademais, os terceiros que reproduzirem as declarações dos congressistas estarão sujeitos, em tese e conforme o caso, às sanções previstas na legislação de regência (arts. 36-A e 45 da Lei 9.504/97 e art. 22 da LC 64/90).</p> <p>5. Deve-se interpretar o art. 36-A, IV, da Lei 9.504/97 conforme a Constituição Federal, para estabelecer sua inaplicabilidade aos parlamentares quanto aos pronunciamentos realizados no âmbito da respectiva casa legislativa.</p> <p>6. Representação julgada improcedente.</p>	<p>do mandato.</p> <p>2. As manifestações externadas no recinto do Congresso Nacional são protegidas pela imunidade parlamentar material de forma absoluta, independentemente de guardarem conexão com o mandato ou de terem sido proferidas em razão deste. Precedentes do STF.</p> <p>3. Na espécie, o discurso, datado de 9.4.2010, foi realizado da tribuna do Senado Federal, razão pela qual o representado - Senador da República - estava resguardado pela inviolabilidade absoluta, ainda que a TV Senado tenha transmitido o evento.</p> <p>4. Eventual abuso praticado pelos congressistas no desempenho de suas prerrogativas poderá ser coibido pela própria casa legislativa, nos termos do art. 55, II, § 1º, da CF/88. Ademais, os terceiros que reproduzirem as declarações dos congressistas estarão sujeitos, em tese e conforme o caso, às sanções previstas na legislação de regência (arts. 36-A e 45 da Lei 9.504/97 e art. 22 da LC 64/90).</p> <p>5. Deve-se interpretar o art. 36-A, IV, da Lei 9.504/97 conforme a Constituição Federal, para estabelecer sua inaplicabilidade aos parlamentares quanto aos pronunciamentos realizados no âmbito da respectiva casa legislativa.</p> <p>6. Representação julgada improcedente.</p>
--	---	---

Quadro 18: Registro TSE Habeas Corpus nº 21147 - 28/06/2011

Documento 1	<p>211-47.2011.600.0000</p> <p>HC - Habeas Corpus nº 21147 - Salvador/BA</p> <p>Acórdão de 28/06/2011</p> <p>Relator(a) Min. ARNALDO VERSIANI LEITE SOARES</p> <p>Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 26/08/2011, Página 101.</p>
Ementa	<p>Habeas Corpus. Ação penal. Trancamento.</p> <p>1. É incabível a intervenção de assistente de acusação em sede de habeas corpus destinado a trancar ação penal pública incondicionada.</p> <p>2. Este Tribunal já decidiu anteriormente, em habeas corpus impetrado em favor do mesmo paciente, que o procedimento previsto para as ações penais originárias não sofreu alteração em face do advento da Lei nº 11.719/2008, quanto ao momento de interrogatório do réu (HC nº 652).</p> <p>3. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a "Casa Legislativa somente pode suspender as ações contra parlamentares que tiverem como objeto de apuração crimes cometidos após a diplomação do mandato em curso, o mesmo não sendo possível em relação aos mandatos de legislaturas pretéritas".</p> <p>4. Não se conhece do habeas corpus no tocante a questões não apreciadas pelo Tribunal Regional, mesmo se decididas pelo juiz relator, mas ainda não submetidas ao colegiado, sob pena de indevida supressão de instância.</p> <p>Ordem, em parte, conhecida, mas, nessa parte, indeferida.</p>
Decisão	<p>O Tribunal, por unanimidade, indeferiu o pedido de intervenção de assistência de acusação e de sustentação oral. No mérito, também por unanimidade, conheceu parcialmente do habeas corpus e, na parte conhecida, indeferiu a ordem, nos termos do voto do Relator.</p>

Indexação	<p>(E), Indeferimento, (IJ), pedido, intervenção, assistente, acusação, habeas corpus, (F), Promotor de Justiça, ação penal, apuração, crime eleitoral, calúnia, injúria, alegações, existência, legitimação concorrente, vítima, igualdade, fato, (A), caso concreto, tratamento, ação penal pública incondicionada, titularidade, Ministério Público Eleitoral, fundamento, interesse público, admissibilidade, ingresso, exclusividade, hipótese, ação penal pública condicionada, manifestação, ofendido, representante legal.</p> <p>(E), Inaplicabilidade, (IJ), lei, alteração, artigo, Código de Processo Penal, (F), determinação, realização, interrogatório, réu, última posição, instrução criminal, reformulação, procedimento, defesa prévia, ação penal, competência originária, (A), existência, lei especial, veiculação, disposição, aplicação, caso concreto, limitação, aplicação subsidiária, lei geral.</p> <p>(E), Inexistência, (IJ), imunidade processual, (F), deputado estadual, acusado, crime eleitoral, crime contra a honra, calúnia, injúria, existência, decisão, Assembleia Legislativa, determinação, suspensão, ação penal, (A), afastamento, eficácia, deliberação, Poder Legislativo, fundamento, manutenção, garantia, imunidade parlamentar, exclusividade, legislatura, realização, crime, objeto, apuração, Justiça Eleitoral, impossibilidade, concessão, benefício, imunidade, mandato, período pretérito, período subsequente.</p> <p>(E/IJ), Descabimento, habeas corpus, (F), ato, membro, Tribunal Regional Eleitoral, exame, trancamento de ação penal, fundamento, reconhecimento, imunidade material, (A), inadmissibilidade, supressão, instância, necessidade, existência, decisão, órgão colegiado. (RRA)</p>
Catálogo	<p>EI0116 : Matéria Processual – Assistência</p> <p>EI0034 : Crime - Crime Contra A Honra</p> <p>EI0232 : Matéria Processual - Procedimento</p> <p>EI0138 : Matéria Processual - Cabimento - Habeas Corpus</p>
Referência legislativa	<p>Leg.: Federal Lei Ordinaria Nº.: 4737 Ano: 1965 (Ce - Código Eleitoral) Art.: 355 Art.: 22 - Inc.: 1 - Let.: E</p> <p>Leg.: Federal Constituicao Federal Nº.: 1988 Ano: 1988 (Cfd - Constituicao Federal Democratica) Art.: 53 - Par.: 3</p> <p>Leg.: Federal Lei Ordinaria Nº.: 11719 Ano: 2008 Leg.: Federal Lei Ordinaria Nº.: 8038 Ano: 1990</p>

<p>Decisões no mesmo sentido</p>	<p>Precedente: AG Nº: 6758 (AAG) - MG, AC. DE 26/06/2008, Rel.: JOAQUIM BENEDITO BARBOSA GOMES - Assistente da acusação <u>Inteiro Teor</u></p> <p>Precedente: RHC_ Nº: 113 (RHC) - SP, AC. DE 20/05/2008, Rel.: CARLOS EDUARDO CAPUTO BASTOS - Assistente da acusação <u>Inteiro Teor</u></p> <p>Precedente: HC Nº: 652 (HC) - BA, AC. DE 22/10/2009, Rel.: ARNALDO VERSIANI LEITE SOARES - Interrogatório do réu <u>Inteiro Teor</u></p> <p>Precedente: HC Nº: 320315 (HC) - RS, AC. DE 15/02/2011, Rel.: ARNALDO VERSIANI LEITE SOARES - Cabimento de habeas corpus <u>Inteiro Teor</u></p> <p>Precedente: HC Nº: 31828 (HC) - MG, AC. DE 26/08/2010, Rel.: CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA - Cabimento de habeas corpus <u>Inteiro Teor</u></p>
<p>Observação</p>	<p>(18 fls.)</p> <p>Vide: STF - HC 74203; Ag. Reg. no Recurso Extraordinário 457514-1; Ag. Reg. na Ação Cautelar 700-3; EDcl no HC 100575.</p>

Quadro 19: Registro LexML Habeas Corpus nº 21147 - 28/06/2011

Localidade	Brasil
Autoridade	Tribunal Superior Eleitoral. Plenário
Título	Acórdão HC de 28/06/2011 (Processo HC nº 21147)
Data	28/06/2011
Ementa	<p>Habeas Corpus. Ação penal. Trancamento.</p> <p>1. É incabível a intervenção de assistente de acusação em sede de habeas corpus destinado a trancar ação penal pública incondicionada.</p> <p>2. Este Tribunal já decidiu anteriormente, em habeas corpus impetrado em favor do mesmo paciente, que o procedimento previsto para as ações penais originárias não sofreu alteração em face do advento da Lei nº 11.719/2008, quanto ao momento de interrogatório do réu (HC nº 652).</p> <p>3. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a "Casa Legislativa somente pode suspender as ações contra parlamentares que tiverem como objeto de apuração crimes cometidos após a diplomação do mandato em curso, o mesmo não sendo possível em relação aos mandatos de legislaturas pretéritas".</p> <p>4. Não se conhece do habeas corpus no tocante a questões não apreciadas pelo Tribunal Regional, mesmo se decididas pelo juiz relator, mas ainda não submetidas ao colegiado, sob pena de indevida supressão de instância.</p> <p>Ordem, em parte, conhecida, mas, nessa parte, indeferida.</p>
Nome Uniforme	urn:lex:br:tribunal.superior.eleitoral;plenario:acordao;hc:2011-06-28;hc-21147

Mais detalhes	Tribunal Superior Eleitoral (text/html)
Outras Publicações:	<p>Publicação Original</p> <p>2011-08-26</p> <p>Diário da Justiça Eletrônico. 26/08/2011. p. 101</p> <p>Publicação Original</p> <p>2011-06-28</p> <p>Tribunal Superior Eleitoral (image/tiff)</p>

Quadro 20: Comparativo com do registro Habeas Corpus nº 21147 - 28/06/2011, a partir das áreas da ISBD

Áreas ISBD		Registro LexML	Registro TSE
Área de título e responsabilidade	Título	Acórdão HC de 28/06/2011 (Processo HC nº 21147)	HC - Habeas Corpus nº 21147 - Salvador/BA
	Responsabilidade	Tribunal Superior Eleitoral. Plenário.	Não tem nome padronizado do órgão. Cita o relator do processo. Relator (a) Min. ARNALDO VERSIANI LEITE SOARES
Área dos detalhes específicos do material		Não colocam essa informação	Não colocam essa informação
Área de edição		Não se aplica	Não se aplica
Área de publicação		Publicação Original 2011-08-26 Diário da Justiça Eletrônico. 26/08/2011. p. 101	Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 26/08/2011, Página 101
Área de descrição física		Não colocam essa informação	(18 fls.)
Área da série		Não colocam essa informação	Não colocam essa informação
Área de notas		Não colocam essa informação	Não colocam essa informação

Quadro 21: Comparativo do registro Habeas Corpus nº 21147 - 28/06/2011, os dados distribuídos de acordo com os campos em comum

	LexML	Base de Jurisprudência TSE
Título	Acórdão HC de 28/06/2011 (Processo HC nº 21147)	HC - Habeas Corpus nº 21147 - Salvador/BA
Autoridade	Tribunal Superior Eleitoral. Plenário.	Não tem nome padronizado do órgão. Cita os relatores do processo.
Relatores	Não cita os relatores do processo.	Não tem nome padronizado do órgão. Cita o relator do processo. Relator (a) Min. ARNALDO VERSIANI LEITE SOARES
Dados da publicação	Publicação Original 2011-08-26 Diário da Justiça Eletrônico. 26/08/2011. p. 101.	Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 26/08/2011, Página 101.
Notas - Ementa	Habeas Corpus. Ação penal. Trancamento. 1. É incabível a intervenção de assistente de acusação em sede de habeas corpus destinado a trancar ação penal pública incondicionada. 2. Este Tribunal já decidiu anteriormente, em habeas corpus impetrado em favor do mesmo paciente, que o procedimento previsto para as ações penais originárias não sofreu alteração em face do advento da Lei nº 11.719/2008, quanto ao momento de interrogatório do réu (HC nº 652).	Habeas Corpus. Ação penal. Trancamento. 1. É incabível a intervenção de assistente de acusação em sede de habeas corpus destinado a trancar ação penal pública incondicionada. 2. Este Tribunal já decidiu anteriormente, em habeas corpus impetrado em favor do mesmo paciente, que o procedimento previsto para as ações penais originárias não sofreu alteração em face do advento da Lei nº 11.719/2008, quanto ao momento de interrogatório do réu (HC nº 652).

	<p>3. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a "Casa Legislativa somente pode suspender as ações contra parlamentares que tiverem como objeto de apuração crimes cometidos após a diplomação do mandato em curso, o mesmo não sendo possível em relação aos mandatos de legislaturas pretéritas".</p> <p>4. Não se conhece do habeas corpus no tocante a questões não apreciadas pelo Tribunal Regional, mesmo se decididas pelo juiz relator, mas ainda não submetidas ao colegiado, sob pena de indevida supressão de instância.</p> <p>Ordem, em parte, conhecida, mas, nessa parte, indeferida.</p>	<p>3. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a "Casa Legislativa somente pode suspender as ações contra parlamentares que tiverem como objeto de apuração crimes cometidos após a diplomação do mandato em curso, o mesmo não sendo possível em relação aos mandatos de legislaturas pretéritas".</p> <p>4. Não se conhece do habeas corpus no tocante a questões não apreciadas pelo Tribunal Regional, mesmo se decididas pelo juiz relator, mas ainda não submetidas ao colegiado, sob pena de indevida supressão de instância.</p> <p>Ordem, em parte, conhecida, mas, nessa parte, indeferida.</p>
--	--	--

A partir da comparação dos registros, percebeu-se que os mesmos possuem os seguintes dados em comum: título, autoridade, dados da publicação e ementa, apesar de não serem preenchidos de forma idêntica. Assim, com exceção dos pontos em comuns identificados, percebeu-se que os registros podem ser representados de formas diferentes.

A indexação de assuntos e utilização do vocabulário controlado de assuntos é apresentada apenas no registro do TSE, pois ainda está em estudo a melhor forma de implementação na base. Acerca disso, a documentação do LexML deixa claro que isto será objeto de estudos futuros. Apesar da análise de assuntos não fazer parte do objeto específico de estudo deste trabalho, considerou-se importante citar esta questão uma vez que a indexação também é imprescindível para a descrição e localização do documento.

Os títulos são expostos de forma diferente, por exemplo, na base LexML, o título do Habeas Corpus produzido pelo TSE é “Acórdão HC de 28/06/2011 (Processo HC nº 21147)”, enquanto na base de jurisprudência do TSE, o título do documento é “HC - Habeas Corpus nº 21147 - Salvador/BA”, o principal dado que leva em comum dos dois títulos é o número do processo (nº 21147).

Existe certa riqueza de informações nos registros do TSE, apesar do tratamento dessas informações não serem muito parecidos com os padrões biblioteconômicos. Ainda nos registros do TSE, as remissivas dos registros que demonstram certa preocupação com a ligação entre os registros da base (quadros 9, 13 e 17), evidenciam-se isso como a presença dos campos “referência legislativa” e “decisões do mesmo sentido”, demonstram certa preocupação com a ligação entre os registros.

A LexML destaca as informações mais importantes como título e o número do registros e apresenta o link que conduz o usuário à base de jurisprudência do TSE, que possui um maior leque de informações e campos para descrever os registros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tratou sobre a informação jurídica em meio eletrônico e a sua representação descritiva, propôs a exposição de registros de jurisprudência dispostos em bases diferentes para a detecção de padrões ou pontos similares na representação descritiva desses registros. Além disso, foram levantadas fontes de informação jurídica em meio eletrônico de órgãos da hierarquia superior e legislações estaduais dos estados brasileiros e Distrito Federal e expostas considerações acerca dos seus acervos e pontos sobre o enfoque da organização da informação nessas fontes.

O objetivo principal de compreender como se dá representação descritiva existente na informação jurídica em meio eletrônico foi satisfatoriamente cumprido, apesar da nossa surpresa em perceber que o tratamento dessas informações serem diferentes ao tratamento biblioteconômico, principalmente na informação jurídica normativa (legislação) e informação jurídica interpretativa (jurisprudência).

A idéia inicial de identificar os padrões de descrição bibliográfica existentes nessas fontes de informação jurídica e descobrir que esses padrões são utilizados apenas na área de doutrina, área foi uma surpresa. Devido ao volume de informação da área jurídica em meio eletrônico, esperava-se encontrar mais traços do tratamento biblioteconômico na legislação e jurisprudência. Assim, percebe-se a existência de casos em que fontes de informação com um amplo leque de conteúdo utilizam descrições próprias bem como organização de campos dos preceitos típicos da biblioteconomia.

A informação jurídica em meio eletrônico é uma área que engloba um grande volume de informações. Existem ainda, esforços na integração dessas informações para disponibilizá-las aos usuários, como é o caso do portal do Interlegis, produzido pelo Senado Federal, que reúne os links de acesso das Legislações Estaduais, Federais, Municipais e as jurisprudências dos tribunais superiores, sites jurídicos e revistas jurídicas mais renomadas.

Também destacamos o Portal LexML, que além dos esforços em reunir a legislação, doutrina e jurisprudência produzidos pelos órgãos da hierarquia superior também faz uso da padronização de autoridades e utiliza os Requisitos Funcionais para Registro Bibliográficos (FRBR) como princípios norteadores da organização da informação. Por isso, como sugestões para trabalhos futuros, indicamos a realização de estudos específicos sobre destacamos o Portal LexML , pois percebemos um potencial futuro desse portal no cenário da informação jurídica em meio eletrônico. Assim, foi satisfatória a escolha desse portal para a seleção dos registros para análise.

Na base de jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, apesar do tratamento dessas informações não serem parecidos com os padrões biblioteconômicos, existe certa riqueza de informações nos registros além de campos que remetem a outros registros que levam a decisões no mesmo sentido.

Percebemos que cada base de dados possui princípios de representação descritiva próprios e descrevem os mesmos registros de acordo com políticas de organização desses registros. Isto dificultou a criação dos quadros comparativos, pois as informações em comum se restringem e ainda são descritas de forma diferente, como é o caso dos títulos citados na análise do registro.

Portanto, a descrição da informação jurídica em meio eletrônico, especificamente na jurisprudência e legislação não obedeceu a preceitos típicos da biblioteconomia. Por outro lado, a doutrina, organizada em bibliotecas digitais, obedece a padrões de representação descritiva em relação ao conteúdo (sendo usado principalmente o Código de Catalogação Anglo-Americano e a padronização de autoridades) e a utilização de padrões de metadados como o Dublin Core e o MARC21.

6 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

A partir dos estudos realizados neste trabalho, a fim de contribuir na continuidade dos estudos, apresentamos algumas sugestões de trabalhos futuros:

- Estudo específico sobre como se dá a representação descritiva na legislação;
- Estudo sobre a padronização de autoridades na descrição da informação na informação jurídica normativa (legislação) e informação jurídica interpretativa (jurisprudência) presentes nas bases de dados mantidas em órgão da hierarquia superior;
- Estudo sobre o Portal LexML e sua contribuição para a documentação jurídica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Anderson Fernandes de. Bibliotecas digitais: uma nova aproximação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 201-220, 2004.
- ALVES, Jaqueline Costa; CAFE, Lúcia Maria Arruda. Análise focada em metadados sob a luz do padrão MTD-BR. **Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 179-202, jul./dez. 2010.
- ANDRETA, Cássio Adriano. **Legislação como assunto: uma proposta de extensão para a Classificação Decimal de Direito**. In: PASSOS, Edilenice (Org.). *Informação jurídica: teoria e prática*. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 79-124.
- ATIENZA, Cecília Andreotti. **Documentação jurídica: introdução à análise e indexação de atos legais**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979. 266 p.
- ASSUNÇÃO, Renato Vieira da. **Biblioteca digital: uma abordagem conceitual**. In: XIV Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da informação. Os novos campos da profissão da informação na contemporaneidade 16 a 22 de janeiro de 2011.
- BAPTISTA, Dulce Maria. O impacto dos metadados na representação descritiva. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 177-190, 2007. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/529/663>. Acesso em: 19 Mai. 2011.
- BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. **ETD - Educação Temática Digital, Campinas**, v. 6, n. 2, p. 30-50, jun. 2005.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Biblioteca Ministro Oscar Saraiva. **Biblioteca Digital Jurídica – BDJur: evolução**. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2010. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/383>ver isso!>. Acesso em: 23 jun. 2013.
- BUFREM, Leilah Santiago. Práticas de organização e divulgação da produção intelectual em ciência da informação no Brasil. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 13, n. esp., p. 36-53, 1º sem. 2008.

CAFÉ, Lígia; BRÄSCHER, Marisa. Organização da informação e bibliometria. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 13, n. esp., p. 54-75, 1º sem. 2008.

CAMPOS, Luiz Fernando de Barros. Metadados digitais: revisão bibliográfica da evolução e tendências por meio de categorias funcionais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 16-46, 1º sem. 2007.

CATARINO, Maria Elisabete; SOUZA, Terezinha Batista de. A Representação descritiva não Contexto da Web Semântica. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 2, agosto de 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862012000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 5 de junho de 2013.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 242 p.

CIANCONI, Regina de Barros. Banco de dados de acesso público. **Ciênciada Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 53-59, jan./jun. 1987.

CUNHA, Murilo Bastos da. Bases de dados no Brasil: um potencial inexplorado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 45-57, jan./jun. 1989.

CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 257-268, set./dez. 1999.

CUNHA, Murilo Bastos da. Impactos das Bases de Dados em Biblioteca, Revisão de Literatura. **Cadernos de Biblioteconomia**, Recife, v. 7, n. 1, p. 46-63, dez. 1983.

DCMI Principles. Disponível em: < <http://dublincore.org/>>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO. Ifla. 2009. Disponível em: http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf. Acesso em 5 de julho de 2013.

DZIEKANIAK, Gisele Vasconcelos. Mapeamento do uso de metadados por comunidades científicas. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 20, n. 1, p. 229-243, 2007.

ESCOLANO-RODRIGUEZ, Elena; McGARRY, Dorothy. ISBD consolidada: um passo em frente. **Imecc5**, [s.n.], v. 1, n. 1, p.1-18, 13 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.imecc5.com/download/portuguese/ISBD%20Portuguese.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

FERRAZ, Iraneuda Maria Cardinalli. Uso do catálogo de biblioteca: uma abordagem histórica. **Transinformação**, Campinas, v. 3, n. 1/2/3, p. 90-114, 1991.

GLOSSÁRIO de Termos Fiocruz. Disponível em:

<http://www6.ensp.fiocruz.br/acessoaberto/index.php/direitos-autorais/glossario-de-termos>). Acesso em: 07 de maio de 2013.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Formas da informação jurídica: uma contribuição rara sua abordagem temática. **R. bras. Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 26, n.1/2, p. 41-54, jan./jun.1993.

INTERLEGIS. Disponível em: <<http://www.interlegis.leg.br/>>. Acesso em: 24 de maio de 2013.

KLEINUBING, Luíza da Silva. Análise Bibliométrica da produção científica em gestão da informação na base de dados lisa. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 01-11, jul./dez. 2010.

Lopes, Ilza Leite. Sistemas "online" de recuperação da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, jan./jun. 1985.

LOPES, Roseane Regina Velho. Acesso a bases de dados em linha e em CD-ROM: algumas considerações sobre a sua implantação em países em desenvolvimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 217-219, jul./dez. 1991.

LexML: projeto LexML. Disponível em: < <http://projeto.lexml.gov.br>>. Acesso em: 24 de maio de 2013.

Library Application Profile. Disponível em: <<http://dublincore.org/documents/library-application-profile/>>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

LUMI/UFRGS. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/>. Acesso em: 19 de maio de 2013.

MARCHIORI, Patricia Zeni. "Ciberteca" ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, May 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S010019651997000200002>>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

MARQUES JÚNIOR, Alaôr Messias. Fontes de informação jurídico-legislativas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 163-174, jul./dez. 1997.

MEY, Eliane Serrão Alves. Estudo analítico e conceitual da descrição bibliográfica. 1986. 194 f. Dissertação-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009. ix, 217 p.

MEY, Eliane Serrão Alves. Estudo analítico e conceitual da descrição bibliográfica. 1986. 194 f. Dissertação-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2009. 204 p

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice. (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 137-152.

ODLIS. Online Dictionary for Library and Information Science. Disponível em: <http://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_A.aspx>. Acesso em 23 de maio de 2013.

OLIVEIRA, Carla Cristina Vieira de. A interação de usuários com o catálogo on-line do Pergamum. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 73-88, jul./dez. 2008.

PASSOS, Edilenice. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, v. 23, n. 3, p.363-368, set./dez. 1994.

PASSOS, Edilenice. **INFORMAÇÃO JURÍDICA: Guia de fontes virtuais**. Brasília, [s. n.], 2008.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília, DF: Briquet De Lemos, 2009. 170 p.

PEREIRA, Ana Maria; RIBEIRO JÚNIOR, Divino Ignácio; NEVES, Guilherme Luiz Cintra. Metadados para a descrição de recursos da internet: as novas tecnologias desenvolvidas para o padrão Dublin Core e sua utilização. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 7-39, 2005.

PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas; RIBEIRO, Cláudio José S.; TRACTENBERG, Leonel; MEDEIROS, Priscilla Loureiro. Bases de dados na economia do conhecimento: a questão da qualidade. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 215-223, maio/ago. 1999.

PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas; RIBEIRO, Cláudio José S.; TRACTENBERG, Leonel; MEDEIROS, Priscilla Loureiro. Bases de dados na economia do

conhecimento: a questão da qualidade. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 215-223, maio/ago. 1999.

REDE Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional. Disponível em: <<http://www.interlegis.leg.br/>>. Acesso em: 24 de maio de 2013.

ROSETTO, Márcia. Bibliotecas digitais cenário e perspectivas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 101-130, jan./jun. 2008.

ROWLEY, Jennifer. **Informatica para bibliotecas**. Brasilia: Briquet De Lemos, c1993. 307 p.

ROWLEY, Jennifer. **A biblioteca eletrônica**. 2. ed. Brasília: Briquet De Lemos, 2002. xi, 399 p. ISBN 858563720X.

SAYÃO, Luis Fernando. Afinal, o que é biblioteca digital?. **Revista USP**. n. 80, p. 6-17, dez./fev. 2008-2009. Disponível em: <www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/revusp/n80/02.pdf> Acessado em: 10 de maio de 2013.

SAYÃO, Luís Fernando. Bases de dados: a metáfora da memória científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 314-318, set./dez. 1996.

SAYÃO, Luís Fernando. BIBLIOTECAS DIGITAIS E SUAS UTOPIAS. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 2-36, ago./set. 2008.

SAYÃO, Luís Fernando. Padrões para bibliotecas digitais abertas e interoperáveis. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 12, n. esp., p. 18-47, 1º sem. 2007.

SILVA, Andréia Gonçalves. **Fontes de informação jurídica: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. xx, 227 p.

SILVA et. al. Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica *Resource Description and Access (RDA)*. **CRB-8 Digital**, [s.l], v. 5, n. 1, 2012.

SILVA, Neusa C., SÁ, Nysia O., FURTADO, Sandra R. S. bibliotecas digitais: do conceito às práticas. Em: II Simpósio Internacional de Bibliotecas Digitais, Campinas, 2004. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=8304>>. Acesso em: 30 de maio de 2013.

SOUSA, Brisa Pozzi de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Do catálogo impresso ao On-Line: alguns desafios para os profissionais bibliotecários. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 59-75, jan./jul. 2012.

SOUZA, Marcia Izabel Fugisawa; VENDRUSCULO, Laurimar Gonçalves; MELO, Geane Cristina. Metadados para a descrição de recursos de informação eletrônica: utilização do padrão Dublin Core. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 93-102, jan./abr. 2000.

SOUZA, Terezinha Batista de; CATARINO, Maria Elisabete; SANTOS, Paulo César dos. Metadados: catalogando dados na internet. **Transinformação**, v. 9, n. 2, maio/ago. 1997.

SOUTWICK, Silvia Barcellos. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações: Modelo e Tecnologias**. Brasília: Ibict, 2003.

TAYLOR, Arlene G. **The organization of information**. New York: Libraries Unlimited, 2004. 417 p. (Library and information science text series).